

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CNDHC 2018

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CNDHC 2018

PRAIA - 2019
COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA



INDICE INTRODUÇÃO	7
1. PLANO DE ATIVIDADES DA CNDHC	7
1.1. Áreas de atuação	7
1.2. Enquadramento e Objetivos do Plano	8
1.3. Objetivos Específicos	8
2. RECURSOS HUMANOS	9
2.1. Composição da CNDHC	9
2.2. Conselho Coordenador	11
2.3. Pessoal Permanente	12
3. FUNCIONAMENTO DA CNDHC	13
3.1. Reuniões Plenárias	13
3.1.1. 40 <sup>a</sup> Reunião Plenária da CNDHC	13
3.1.2. 41 <sup>a</sup> Reunião Plenária da CNDHC	15
3.1.3. 42ª Reunião Plenária da CNDHC	16
3.1.4. 43ª Reunião Plenária da CNDHC	17
3.2. Reuniões dos Grupos de Trabalho	19
3.2.1. Grupo de trabalho <i>ad hoc</i> para Revisão do Regim CNDHC e do Conselho Coordenador e para a Rev Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos	isão do
3.2.2. Grupo de Trabalho Permanente para os Económicos, Sociais e Culturais	
3.2.3. Grupo de Trabalho <i>ad hoc</i> para a elaboração do r paralelo sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabal Migrantes e Membros das Suas Famílias	hadores
3.2.4. Grupo de Trabalho Permanente Denúncias	20
3.2.5. Grupo de Trabalho Permanente do Observatório Humanos	
3.3. Funcionamento e constrangimentos	22
4. ATIVIDADES REALIZADAS POR ATRIBUIÇÃO	22
4.1. ATRIBUIÇÕES EM MATÉRIA EDUCATIVA	22
4.1.1. Formações, ateliers e workshops	23



4.1.2. Conversa aberta com Jovens pela Paz	28
4.1.3. Socialização do Estudo Diagnóstico Sobre o Perfil dos Condenados por Crimes Sexuais Contra Menores - Conhecer Par Melhor Intervir	
4.1.3.1. Ilha do Maio	30
4.1.4. Socialização da cartilha SOS Planeta Terra - Construindo a Cidadania Ecológica	
4.1.4.1. Ilha do Maio	31
4.1.5. Sessão de Toma Benson - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa	
4.1.6 Campanha Nacional de Promoção dos Direitos Humanos – anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	
4.1.6.1 Lançamento Oficial da Campanha de Celebração dos anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos −ilha da E Vista	Boa
4.1.6.2. Campanha 70 anos da Declaração Universal dos Direi Humanos - Sessões Oficiais, Comunitárias e Esco Secundárias	las
4.1.6.3. Lançamento da música oficial da campanha	41
4.1.6.4. Lançamento dos 30 spots da campanha	41
4.1.6.5. Comemoração do 10 Dezembro - Dia Internacional o Direitos Humanos	
4.1.7. Lançamento do "Cidadão Pikinoti" - Vídeo	44
4.1.8. Os Direitos Humanos não vão de férias	45
4.1.9. Oficina de Direitos Humanos e Cidadania – 6ª edição de Atividades de Tempos Livres da Câmara Municipal da Praia	48
4.1.10. 6ª Edição da Declaração Universal dos Diretos Humanos	50
4.1.11. Publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	50
4.1.12. Palestras e oficinas ministradas pela CNDHC	51
4.1.13. Atividades educativas promovidas pelos Pontos Focais	54
4.1.13.1. Sal - Comemoração do Dia Mundial da Árvore	54
4.1.13.2. Santa Cruz - Celebração dos 70 anos da Declaraç Universal dos Direitos Humanos	ção





6. ATRIBUIÇOES EM MATERIA INVESTIGATIVA	71
6.2. Receção, tratamento, encaminhamento e seguimento de denúncias	71
7. ATIVIDADES INTERNAS	72
7.1. Reuniões	72
7.2. Novo Logotipo da CNDHC	73
7.3. Seminários Temáticos	74
7.3.1. A Educação para os Direitos Humanos no Ensino Forma	ı <b>l</b> 74
7.3.2. Tráfico Humano	75
7.3.3. CEDAW	75
7.3.4. Apatridia e Direito a uma Nacionalidade	76
7.3.5. Elaboração dos relatórios de direitos humanos	77
7.3.6. Comunicação e Direitos Humanos	78
8. MISSÕES INTERNACIONAIS	78
8.1. Formação no Gana sobre Tráfico de Pessoas	78
8.2. Consulta regional de INDH no Senegal	79
8.3. Assinatura de Convénio sobre Direito Internacional Humanitário com o IIDH – Itália	80
8.4. Participação em seminário francófono sobre Revisão Perió Universal (UPR) no Senegal	
	81
8.5. Participação na comitiva nacional sobre abuso sexual de menores e género em missão aos Estados Unidos da América	82
8.6. Seminário Lusófono sobre Direito Internacional Humanitán em Portugal	
8.7. Participação em Consulta Regional sobre Redução de Risco com HIV/Tuberculose no Senegal	
8.8. Encontro com Comité DESC das Nações Unidas na Suíça	84
8.9. Participação na sessão do Comité DESC da ONU na Suíça	
8.10. Encontro com GAHNRI para preparar acreditação internacional na Suíça	
8.11. Visita de cortesia à Embaixada de Cabo Verde na Suíca	



8.12. Encontro com Centro de Direitos Civis e Políticos na Suíça	. 88
8.13. Encontro com Subcomité da Prevenção da Tortura das Nações Unidas na Suíça	. 89
8.14. Encontro com núcleo regional da Associação para a Prevenção da Tortura na Suíça	. 89
8.15. Participação em seminário da CPLP sobre Direito Internacional Humanitário em Portugal	. 90
8.16. Participação em Conferência Internacional sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau	. 91
8.17. Participação em encontro da rede de instituições de Direito Humanos da CPLP em Portugal	
8.18. Participação na comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Portugal	. 93
9. ATIVIDADES COM PARCEIROS	. 93
9.1. Parceria com organização internacional Unidos pelos Direito Humanos (UDH)	
9.2. Participação da CNDHC em Feira Inclusiva promovida pelo Ministério da Família e Inclusão Social	. 96
9.3. Participação no IV Congresso de Psicanálise da Língua Portuguesa	. 96
9.4. Participação no Workshop Regional sobre Revisão Periódica Universal e ODS 16 + Discussão Técnica sobre Inclusão e Direito Humanos	S
9.5. Participação em Feira Inclusiva – em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência	. 97
9.6. Encontros com parceiros	. 97
10.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	. 99
10.1. Orçamento	100
10.2.Execução Financeira	100
10.2.1.Exercício de 2018	101
11. CONCLUSÃO	104
ANEXO	105



#### **INTRODUÇÃO**

O Estatuto da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (Decreto-Lei n.º 38/2004, artigo 8º) enuncia que "o Relatório Anual de Atividades da CNDHC é submetido ao Governo através do titular da pasta da Justiça".

Com o intuito de cumprir esta premissa, elaborou-se o presente documento contendo as principais atividades realizadas pela instituição durante o ano de 2018.

#### 1. PLANO DE ATIVIDADES DA CNDHC

O Plano de Atividades da CNDHC para 2018 foi preparado tendo em atenção as áreas de ação previstas no Estatuto da instituição.

Para a sua concretização, a CNDHC contou com o financiamento do Orçamento Geral do Estado – OGE; do Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, através do *Programa Coordenação e Seguimento da Implementação das Convenções Internacionais, Projeto Seguimento e Implementação das Convenções Internacionais* no valor de *cinquenta e quatro mil dólares.* Paralelamente, a CNDHC contou com o financiamento da União Europeia no âmbito do projeto "Promover os direitos humanos e laborais através do SGP+" no valor de seis milhões, seiscentos e quinze mil e novecentos escudos.

#### 1.1. Áreas de atuação

 Educação e Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Direito Internacional Humanitário;



- Participação nas políticas públicas do Governo e atribuições em matéria consultiva;
- Atribuições em matéria investigativa;
- Atividades internas de reforço das capacidades.

#### 1.2. Enquadramento e Objetivos do Plano

O Plano de Atividades da CNDHC 2018 (Anexo 1) sistematiza as atividades a que a CNDHC se propôs realizar no referido ano. Esforços foram feitos no sentido de alcançar uma concretização satisfatória das atividades, incluindo algumas transitadas de 2017 e que, por não terem sido realizadas ou concluídas na altura, foram recuperadas para o ano seguinte, procurando, assim, a sua implementação no ano de 2018.

Além disso, foram ainda realizadas atividades inicialmente não previstas, sobretudo através de parceria, mas enquadradas nas atribuições da instituição.

#### 1.3. Objetivos Específicos

- Reforçar e realizar parcerias com ONG's, Organizações da Sociedade Civil e Câmaras Municipais, visando a efetivação de ações conducentes à promoção dos Direitos Humanos e densificação da Cidadania;
- Trabalhar a educação para os Direitos Humanos e a Cidadania nas escolas, comunidades e instituições;
- Interagir de forma sistemática e articulada com os Pontos Focais da CNDHC para os Municípios, de modo a promover o trabalho em rede;
- Desenvolver e implementar projetos voltados para os grupos vulneráveis;



- Sensibilizar o Governo para a apresentação de Relatórios em matéria de direitos humanos e coordenar esses processos;
- Reforçar a capacidade técnica da CNDHC com vista a aumentar e melhorar as respostas no quadro das suas atribuições;
- Promover a aprovação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos
   Humanos e a Cidadania e o Estatuto da CNDHC.

#### 2. RECURSOS HUMANOS

#### 2.1. Composição da CNDHC

No ano de 2018, a CNDHC foi composta, para além da Presidente, por um total de 30 Comissários empossados no ano anterior e com mandato que se prolonga até 2019, conforme abaixo listado:

- 1. Dulcelina Sanches Rocha Representante do Ministério Público (MP);
- 2. Alfredo Moreno Representante da Igreja do Nazareno;
- 3. Elísia Almeida da Veiga Representante da Igreja Católica;
- 4. Joanilda Lúcia Silva Alves Representante do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV);
- Mário Gomes Fernandes Representante do Movimento para a Democracia (MPD);
- 6. Geraldo Cruz Almeida Representante da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID);
- 7. Dirce Lena da Silva Melo Representante da área da Educação;



- 8. Benvindo Oliveira Representante da área da Justiça;
- 9. Maria de Fátima Pires Lima Representante da área da Saúde.
- Pedro Graciano Carvalho Representante da área dos Negócios Estrangeiros;
- 11. Nathalie Monteiro Representante da área da Solidariedade Social;
- 12. Silvino Mário Vaz Semedo Representante da área da Defesa;
- 13. Tito Cardoso Representante da Polícia Nacional;
- 14.Carla Solange Lima Representante da área da Comunicação Social (AJOC);
- 15. Dulce Nair Teixeira Representante do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) (substituta de Lenira dos Santos Furtado);
- 16.Katia Marques Representante do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) (substituta de Eveline Nair Soares Tavares);
- 17. Carlos Fernandinho Teixeira Representante da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV);
- 18.Dulce Tavares Silva Representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde;
- 19. Eloisa Maria Évora Borges Representante da Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV);
- 20.Cleidio Júnior Soares Moreno- Representante da União Nacional dos Trabalhadores Cabo-verdianos Central Sindical (UNTC-CS);
- 21. Eurico Borja Representante da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres Central Sindical (CCSL-CS);



- 22. Sheila Barbosa Representante da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS)
- 23. Josefina Chantre Representante da Associação das Mulheres da África Ocidental (RAMAO);
- 24. Manuel Júlio Rosa Representante da Federação Cabo-verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD);
- 25. Edelfride Barbosa Almeida Representante da Associação Cabo-Verdiana para a Proteção da Família (VERDEFAM);
- 26. José Ramos Viana Representante da Plataforma das Comunidades Africanas Residentes em Cabo Verde (PCARCV);
- 27. Sandra Helena Fonseca dos Santos Neves Representante da Associação Regional para a Defesa do Consumidor (ADECO) (substituta de António Pedro Silva);
- 28. Dionísio Simões Pereira Representante da Fundação das Aldeias Infantis SOS de Cabo Verde
- 29. Eurídice Furtado Monteiro Cidadã designada pelo Governo
- 30. Marília Maísa Salazar Antunes da Silva Cidadã designada pelo Governo

#### 2.2. Conselho Coordenador

No mandato 2016-2019, o Conselho Coordenador - CC, eleito por ocasião da 36ª reunião plenária, datada de 07 de dezembro de 2016, é composto pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e pelas Comissárias Carla Lima (representante das ONG's e Associações nacionais) e Eurídice Monteiro (representante dos departamentos governamentais). O Conselho Coordenador tem como missão "funcionar como órgão executivo da CNDHC, nomeadamente através do planeamento das atividades e ações", conforme o



artigo 1º do seu Regimento aprovado em abril de 2005. O regimento do órgão, assim como o Plano Anual de Atividades da CNDHC para 2018 previa a realização de reuniões mensais do Conselho Coordenador, sendo que se acabou por convocar os membros trimestralmente, visando a preparação da Ordem do Dia das Reuniões Plenárias.

#### 2.3. Pessoal Permanente

O atual Estatuto da CNDHC prevê um quadro de pessoal permanente, composto por 9 pessoas. Contudo, face aos novos desafios e volume de trabalho, o atual quadro de pessoal é composto por 12 pessoas, conforme discriminado na tabela 1:

TABELA 1. PESSOAL PERMANENTE DA CNDHC

N.º	NOME	FUNÇÃO
1	Zaida Morais de Freitas	Presidente
2	Arlindo Sanches	Assessor Jurídico
3	3 Ilda Fortes	Assessora de
		Comunicação
4	Marísia Delgado Nascimento	Técnica superior
5	Zoraida Fortes	Técnica superior
6	Domingas Lopes	Administrativa Financeira
8	Thelma Tavares Pereira	Jurista
9	Ailton Mendes Silva	Jurista
10	Jani de Pina	Secretária
11	Anilton da Veiga	Condutor
12	Carla Galvão	Auxiliar



#### ✓ Coordenação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania

Com a aprovação em Conselho de Ministros do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (Resolução n.º 127/2017 que aprova o II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (PNADHC)), a CNDHC passou a contar a partir do mês de agosto com uma Coordenadora do PNADHC, Carla Lima Semedo, contratada através do Programa dos Voluntários das Nações Unidas.

#### ✓ Acolhimento de estagiários

No ano de 2018, a CNDHC recebeu os estagiários Justiny Lopes Andrade Soares e Ronisa Fernandes Andrade do 4º ano do Curso de Relações internacionais & Diplomacia, do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. Os estagiários realizaram o estágio com uma carga horária de 455 e 432 horas respetivamente, de segunda a sexta-feira das 09h às 17h, sob a supervisão do Assessor Jurídico Arlindo Sanches.

#### 3. FUNCIONAMENTO DA CNDHC

#### 3.1. Reuniões Plenárias

#### 3.1.1. 40ª Reunião Plenária da CNDHC

A 40ª Reunião Plenária da CNDHC aconteceu no dia 24 de janeiro, na sede da CNDHC. O ato iniciou com a leitura e aprovação da ata da 39ª reunião plenária, realizada em outubro de 2017.



Nesta reunião plenária, a Presidente da CNDHC apresentou ao coletivo Carolina Luján e Analu Ordorica, voluntárias da Unidos pelos Direitos Humanos, uma organização internacional que esteve em Cabo Verde a convite da CNDHC para



encontros com autoridades e realização de atividades de educação para os direitos humanos em escolas e junto das Forças Armadas.

Conforme a Ordem do Dia, seguiram-se os pontos 2 e 4, avaliação da execução do plano de atividades da CNDHC no ano de 2017 e a apresentação da proposta de atividades para o ano de 2018. A Presidente da CNDHC considerou importante melhorar a participação dos Comissários nas atividades da CNDHC.

O ponto 5 da Ordem do Dia determinou a criação do grupo de trabalho *ad hoc* para a análise e revisão do Regimento da CNDHC, Regimento do Conselho Coordenador e Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos, seguindo-se a avaliação dos grupos de trabalho em funcionamento.

No ponto 7 da Ordem do Dia foi analisada a pertinência da ratificação do protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre o estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, tendo a Presidente sugerido que em 2018 se dê especial atenção ao sistema regional de defesa dos Direitos Humanos, uma vez que há um desconhecimento de importantes instrumentos como a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, criado pela União Africana. Informou que a materialização das recomendações e decisões da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, mecanismo criado para monitorar a implementação da Carta, não é vinculativa e por este motivo, foi criado o Tribunal Africano para concretizar as suas decisões advindas das queixas apresentadas. Entretanto, o procedimento só é possível nos países que



ratificaram o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre o estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. Acrescentou que dois juristas da CNDHC estão a trabalhar um parecer a ser apresentado ao Governo. O documento final terá como propósito mostrar a pertinência e necessidade do Estado cabo-verdiano ratificar o referido Protocolo.

A Plenária terminou com algumas Informações sobre as atividades já realizadas e em curso pela CNDHC, nomeadamente a publicação no Boletim Oficial da Resolução n. °127/2017 que aprova o II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, a Gala do Prémio Nacional de Direitos Humanos 2017, o funcionamento da Comissão Interministerial responsável pela elaboração e submissão dos relatórios do Governo em matéria de Direitos Humanos, entre outras informações relevantes.

O encontro contou com a presença de 14 dos 30 Comissários indigitados.

#### 3.1.2. 41ª Reunião Plenária da CNDHC

Realizada no dia 25 de abril, a reunião, teve lugar na sede da CNDHC, decorreu entre 09h05 e 12h50 e contou com a presença de 18 dos 30 Comissários indigitados. Antes de dar início à Ordem do Dia, procedeu-se à tomada de posse de dois novos Comissários, representantes do



Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

A leitura da ata foi o primeiro ponto da Ordem do Dia, que após algumas correções foi aprovada. Ainda sobre esse ponto, os Comissários propuseram



a disponibilização da ata no site da CNDHC, em forma de nota sumária ou boletim informativo. Um dos pontos importantes da agenda de trabalho foi a apresentação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e *Culturais*, uma das convenções internacionais de Direitos Humanos ratificadas por Cabo Verde.

Seguiu-se uma análise de situações de violação dos Direitos Humanos relacionadas com o conteúdo da convenção, nomeadamente no que se refere a direitos como acesso à água, habitação condigna, saúde, entre outros.

Na segunda parte da reunião, foram discutidos aspetos referentes à relação da CNDHC com entidades internacionais de Direitos Humanos, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e outras entidades ligadas ao seguimento da implementação das recomendações decorrentes dos instrumentos internacionais e regionais de Direitos Humanos de que Cabo Verde é parte.

Os pontos 3 e 4 da ordem do dia fizeram referência à apresentação do Relatório de Atividades da CNDHC de 2017 e à aprovação do Plano de Atividades da CNDHC para 2018.

A plenária terminou com informações referentes ao Exame Periódico Universal (UPR), que foi apresentado no dia 8 de maio em Genebra, Suíça. Neste ato, Cabo Verde esteve representado pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis, acompanhada pela Diretora Geral de Inclusão Social, Mónica Furtado, e pela consultora Dionara Anjos.

#### 3.1.3. 42ª Reunião Plenária da CNDHC

No dia 25 de julho aconteceu na sala de reuniões da sede da CNDHC a 42<sup>a</sup> reunião Plenária. A reunião, que contou com a presença de 19 Comissários e 1 substituto, iniciou às 09h00 com a leitura e aprovação da ata da 41<sup>a</sup>



reunião, realizada no mês de abril. A Sessão teve especial enfoque nos relatórios de Direitos Humanos que Cabo Verde deve apresentar aos organismos internacionais, com a apresentação das recomendações feitas a Cabo Verde, no âmbito da avaliação da situação dos Direitos Humanos (Exame Periódico Universal -UPR - 3º Ciclo) no país, feita pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no mês de maio.

O terceiro ponto da Ordem do Dia debruçou-se sobre a preparação da apresentação de relatórios da CNDHC aos órgãos de tratados das Nações Unidas em 2018, nomeadamente os referentes ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e à Convenção Internacional



sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias.

Sobre o ponto 4 da pauta, fez-se uma breve apresentação do material da Campanha dos 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como do material IEC para a divulgação da campanha, incluindo a música oficial, e da proposta de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A Plenária terminou com um resumo das atividades desenvolvidas pela CNDHC durante o segundo semestre e com a divulgação de outras informações.

#### 3.1.4. 43ª Reunião Plenária da CNDHC

No dia 31 de outubro aconteceu na sala de reuniões da sede da CNDHC a 43ª reunião Plenária. A reunião, que contou com a presença de 18 Comissários,



iniciou às 09h05 com a leitura e aprovação da ata da 42ª reunião, realizada no mês de julho.

A avaliação de Cabo Verde pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas foi um dos principais pontos da reunião Plenária.

No início de outubro, Cabo Verde foi avaliado no âmbito da 64ª sessão do Comité DESC das Nações Unidas, em Genebra, Suíça, sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Na altura, foram apresentados: o relatório do Governo;



o relatório paralelo da CNDHC (elaborado por uma equipa constituída por técnicos da CNDHC e um Grupo de Comissários); e o relatório paralelo de um grupo de ONG's, representando a sociedade civil. Esses relatórios foram apresentados em Plenária no ponto 3 da Ordem do Dia.

No ponto 4 da Ordem do Dia foi apresentada a Resolução nº 98 de 2018, que instituiu a CNDHC como Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura.

A Ordem do Dia incluiu no ponto 5 a criação de uma Comissão organizadora para a comemoração do 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos, no âmbito dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para finalizar, foram apresentadas de forma resumida as informações relativas às atividades realizadas pela CNDHC no terceiro trimestre de 2018, entre outras informações.



#### 3.2. Reuniões dos Grupos de Trabalho

Em 2018, a CNDHC funcionou em regime de grupos de trabalho permanentes e *ad hoc*, sendo os últimos responsáveis pelo tratamento de determinada questão durante um período de tempo e que culmina com a dissolução do mesmo depois de cumprida a missão. Foram constituídos dois grupos de trabalho, um permanente e um *ad hoc*, compostos por Comissários e elementos do *staff* permanente.

# 3.2.1. Grupo de trabalho *ad hoc* para Revisão do Regimento da CNDHC e do Conselho Coordenador e para a Revisão do Regulamento do Prémio Nacional de Direitos Humanos

O grupo foi constituído pelos Comissários Benvindo Oliveira, representante do Ministério da Justiça e Trabalho, Dulce Silva, representante da Ordem dos Advogados, e Elísia Veiga, representante da Igreja Católica. Não foram realizados encontros de trabalho para a sua dinamização.

## 3.2.2. Grupo de Trabalho Permanente para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

Conforme deliberação da 40ª reunião plenária, que aconteceu no dia 24 de janeiro de 2018, foi criado o grupo de trabalho permanente para tratar as questões referentes aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, constituído pelos Comissários António Pedro Silva, Eveline Nair Tavares e Joanilda Alves. Os Comissários Carla Lima, Dionísio Pereira e Josefina Chantre se prontificaram a colaborar com o grupo sempre que se fizer pertinente. O grupo reuniu uma vez durante o ano e funcionou também com recurso à troca de emails.



# 3.2.3. Grupo de Trabalho *ad hoc* para a elaboração do relatório paralelo sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias

Mediante deliberação da 41ª reunião plenária, realizada no dia 25 de abril, foi criado o grupo de trabalho *ad hoc* para a elaboração do relatório paralelo sobre a proteção dos direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias a ser enviado ao Comité das Nações



Unidas. O grupo, constituído pelos Comissários Dionísio Pereira e José Viana, reuniu-se por três vezes. O primeiro encontro realizado no dia 12 de julho visou traçar a metodologia de trabalho, identificar as matérias e os dados que deveriam constar do documento. O grupo trabalhou com recurso ao e-mail e realizou mais dois encontros (19 e 21 de julho) que resultaram na finalização do documento.

#### 3.2.4. Grupo de Trabalho Permanente Denúncias

O grupo de trabalho das denúncias, criado na 37ª Reunião Plenária, constituído pelos Comissários Cleidio Moreno (representante da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, Central Sindical), Dulce Silva (representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde) e Dulcelina Rocha (representante do Ministério Público), com o apoio dos Técnicos Ailton Silva, Marísia Nascimento, Thelma Tavares e Zoraida Fortes, reuniu-se pela primeira vez no dia 15 de maio. O encontro teve por objetivo definir os moldes de funcionamento do mesmo. Do encontro, ficou definido que o grupo se reuniria uma vez por mês, a cada primeira sexta-feira, pelas 8h30, na sede



da CNDHC, para análise dos casos considerados complexos e para o balanço dos casos em seguimento.

O grupo voltou a reunir-se no dia 06 de julho, onde foram analisados alguns casos relacionados com o direito à justiça (violação de decisão relativamente ao prazo) e foi sugerido que a Presidente da CNDHC solicitasse uma audiência com o Presidente do Conselho de Magistratura Judicial, com o objetivo de reforçar a relação entre as duas instituições. A audiência foi realizada no dia 6 de agosto.

Ao longo do ano, o grupo funcionou também com recurso à troca de emails que possibilitaram o tratamento e seguimento das denúncias.

#### 3.2.5. Grupo de Trabalho Permanente do Observatório Direitos Humanos

0 Grupo de Trabalho Permanente do Observatório dos Direitos Humanos reuniu-se duas vezes durante o ano. O primeiro encontro, que aconteceu no dia 23 de agosto na sede da CNDHC contou com a participação de 5 dos 10 comissários integrantes do



grupo. Os pontos de discussão principais foram: a partilha de responsabilidades entre os Comissários, a regularidade dos encontros e a agenda das sessões de planificação das ações a serem desenvolvidas pelo grupo.

O segundo encontro aconteceu no dia 13 de setembro e estiveram presentes 6 dos integrantes. Foi apresentada a proposta de responsabilidades entre os elementos da equipa tendo ficado definida da seguinte forma: Coordenador - Dionísio Pereira; Coordenadora Substituta - Dirce Lena Melo; Secretária -



Sheila Barbosa; Vogal - José Viana. Foi sugerido que cada elemento do grupo enviasse duas ou três propostas de atividades para o grupo e que as mesmas fossem apresentadas num próximo encontro.

#### 3.3. Funcionamento e constrangimentos

Um dos maiores constrangimentos enfrentados pela CNDHC é a insuficiência de recursos financeiros e humanos para a prossecução dos seus projetos e implementação de atividades em maior escala. Além disso, a CNDHC enfrenta o desafio de dar a conhecer a um número mais alargado de cidadãos a instituição e as suas atribuições, e desta forma mobilizar e engajar pessoas que tenham interesse em colaborar para a causa comum dos Direitos Humanos ou que tenham os seus direitos desrespeitados e queiram realizar queixas junto da instituição. Os dados referentes ao recebimento das denúncias apontam para uma diminuição considerável nos últimos anos.

Permanecem desafios estruturantes para a instituição, nomeadamente a aprovação do novo Estatuto e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos colaboradores da instituição. A acreditação da CNDHC a nível internacional, através da submissão do processo junto da Aliança Global das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI) e o reforço da cooperação e presença na Rede das Instituições Nacionais Africanas de Direitos Humanos (RINADH) constituem alguns dos objetivos atuais da instituição.

#### 4. ATIVIDADES REALIZADAS POR ATRIBUIÇÃO

#### 4.1. ATRIBUIÇÕES EM MATÉRIA EDUCATIVA



#### 4.1.1. Formações, ateliers e workshops

### 4.1.1.1. Módulo sobre Direitos Humanos na formação do novo contingente da Polícia Nacional

O IX curso de Formação de Agentes da Polícia Nacional decorreu na cidade da Praia e foi concluído no dia 9 de março. Contou com um módulo sobre Direitos Humanos ministrado pela CNDHC. Os 120 novos



agentes, sendo 97 homens e 23 mulheres, contaram, na sua formação com outros módulos relacionados com a área jurídica, técnico-policial, psicossocial, informática, defesa pessoal, entre outras.

#### 4.1.1.2. Capacitação de Animadores em Direitos Humanos

A CNDHC e o Movimento Jovens pela Paz (JxP) realizaram, nos dias 26 de maio e 2 de junho, uma ação "Capacitação de Animadores em Direitos Humanos". Α atividade âmbito decorreu no celebração dos 70 anos da



Declaração Universal dos Direitos Humanos e teve como objetivos promover o documento e sensibilizar e capacitar os participantes sobre a importância da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. História e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, panorama dos Direitos



Humanos no mundo e em Cabo Verde e divulgação dos Direitos Humanos a nível comunitário foram alguns dos temas abordados.

A iniciativa resultou de uma parceria entre a CNDHC e o Movimento JxP, na medida em que se entende que grupos, associações ou cidadãos ativistas podem contribuir para a construção de uma sociedade baseada na cultura da paz e dos direitos humanos nas comunidades. A ação contou com a participação de cerca de 30 jovens residentes em diferentes bairros da Cidade da Praia com experiência ou interesse em ativismo comunitário.

### 4.1.1.3. Módulo sobre "Consciencialização sobre a corrupção e o suborno e a sua prevenção no contexto local (Praia)

A sessão teve como mote o 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, alusivo à paz, justiça e instituições eficazes e foi dirigida a voluntários da AIESEC, uma organização estudantil que funciona como uma plataforma internacional para jovens explorarem e desenvolverem o seu potencial de liderança. A atividade decorreu no dia 24 de agosto, na Cidade da Praia, tendo como principais objetivos dar a conhecer a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; transmitir noções básicas para identificação de situações básicas de corrupção e suborno; debater estratégias para trabalhar a temática com jovens; e partilhar a experiência da CNDHC em matéria de educação para os direitos humanos e cidadania.

# 4.1.1.4. Formação para ONG's sobre a elaboração de relatórios-sombra sobre a implementação das Convenções Internacionais de Direitos Humanos

Realizada em parceria com a Plataforma das ONG's, nos dias 5 e 6 de setembro, a iniciativa decorreu na Cidade da Praia, tendo contado com a participação de cerca de 26 ONG's que atuam em diversas áreas relacionadas com os direitos humanos.



Α formação teve como principal objetivo capacitar organizações as da sociedade civil que trabalham com temáticas ligadas aos Direitos Humanos no que se refere ao processo de elaboração de relatórios-sombra sobre



implementação das Convenções Internacionais de Direitos Humanos, com vista à criação de um plano de ação para a elaboração e submissão de relatórios aos Comités internacionais. A atividade foi financiada pela União Europeia, no âmbito do Projeto "Promover os direitos humanos e laborais através do Sistema SPG+", e foi ministrada por dois especialistas nacionais, com conhecimentos e experiência em matéria de direitos humanos e de elaboração de relatórios.

#### 4.1.1.5. Teatro - Fórum: Oficina Sobre Direitos Humanos

Enquadrada nas comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Associação Mindelact, em parceria com a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, CNDHC, realizaram uma oficina de Teatro-Fórum sobre Direitos Humanos. A iniciativa esteve inserida na programação do Cenas de Setembro, mostra de teatro local que a Associação Mindelact promoveu em parceria com o Centro Cultural Português do Mindelo e a ALAIM.

O Teatro-fórum é, na sua base, um teatro de cidadania, onde os espetadores são envolvidos na cena e tornados protagonistas, estimulando a participação ativa da comunidade na resolução dos conflitos apresentados na peça.



A Oficina que decorreu na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, de 1 a 30 de setembro com uma regularidade de dois ensaios por semana, foi ministrada por José Pinto. O projeto contou com o financiamento



da Organização Internacional da Francofonia e a parceria da Cooperação Portuguesa.

Enquadrado nessa parceria no dia 8 de setembro a Técnica Zoraida Fortes ministrou um módulo sobre os Direitos Humanos. Durante a sessão foram divulgados a história, conceito e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A partir da oficina, foram apresentados no dia 7 de outubro dois espetáculos, com o objetivo de procurar soluções para as problemáticas sociais ligadas aos Direitos Humanos e à necessidade de interiorização desses princípios no quotidiano. Os espetáculos abordaram temas como a discriminação dos imigrantes, a igualdade de género, os direitos das crianças, entre outros.

Ainda, no âmbito do Festival Internacional de Teatro 2018, foi apresentado uma Performance intitulada "Humanos". A atividade levada a cabo pelo grupo "Os Resistentes" decorreu nos dias 3 e 10 de novembro no centro da Cidade do Mindelo, ilha de São Vicente e foi baseada em diferentes artigos da Declaração universal dos Direitos Humanos. Na altura, uma equipa da CNDHC acompanhou a atividade, aproveitando para distribuir exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas ruas.



#### 4.1.1.6. Formação sobre a elaboração de relatórios do Estado aos Mecanismos de Direitos Humanos

Realizada nos dias 18 e 19 de setembro, na cidade da Praia, a atividade contou com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde e do Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e destinouse aos membros da Comissão



Interministerial para elaboração dos Relatórios, que tinham sido recentemente nomeados, e representantes de instituições governamentais implicadas no processo.

O objetivo foi capacitá-los relativamente aos compromissos do Estado relativamente à sua vinculação a Convenções internacionais de direitos humanos, sobretudo no que se refere ao processo de elaboração e submissão de relatórios e seguimento das recomendações.

#### 4.1.1.7. Formação em intervenção com condenados por crimes sexuais

Cabo Verde vem sendo confrontado com um número considerável de casos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, causando inquietação no seio das famílias, da sociedade e das autoridades. Em 2016, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) socializou um Estudo intitulado "Estudo Diagnóstico sobre o Perfil dos Condenados por Crimes Sexuais contra Menores: conhecer para melhor intervir", tendo como objetivo conhecer o perfil dos condenados por crimes sexuais contra menores e produzir recomendações para a elaboração de estratégias eficazes no combate ao problema.



Uma das recomendações saídas do estudo é que "categoricamente, é urgente que o país se debruce com mais atenção no que concerne aos crimes sexuais contra menores e a sua prevenção, desde diversas frentes e âmbitos de intervenção com os condenados por esses tipos de crimes que estejam cumprindo pena nos estabelecimentos prisionais, com aqueles que foram condenados e estão com a pena suspensa, com os que já estão em liberdade e com a população em geral, atendendo a prevalência deste tipo de crime na nossa sociedade".

Assim, com o intuito de dar seguimento às recomendações do acima estudo mencionado, CNDHC, no âmbito do mandato de proteção dos direitos humanos, com o apoio do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) e financiamento do Fundo das



Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social (DGRPRS), realizou de 21 a 23 de novembro, na cidade da Praia, uma formação a técnicos com formação em psicologia clínica que intervêm no processo de reinserção dos reclusos condenados por crimes sexuais. Com o objetivo de reforçar a intervenção dos profissionais com os condenados por crimes sexuais, reduzindo o risco de reincidências, a formação ministrada pelo consultor Ricardo Barroso visou também testar e recolher *inputs* para um manual de formação e Protocolos de intervenção na matéria.

#### 4.1.2. Conversa aberta com Jovens pela Paz



No âmbito da campanha de celebração dos 70 anos da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um grupo de membros do movimento Jovens pela Paz participou no dia 3 de Fevereiro, numa conversa aberta sobre a história e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A sessão decorreu na sede do movimento, no bairro de Ponta d'Água, Cidade da Praia, tendo contado com as presenças da Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, Zaida Morais de Freitas, e das voluntárias da organização internacional Unidos pelos Direitos Humanos, Analu Ordorica e Carolina Luján.

Durante a atividade, os jovens foram desafiados a fazer uma pequena reflexão sobre os direitos humanos que sentem que são menos respeitados nas suas localidades, o que gerou um interessante debate. No final, todos receberam publicações da CNDHC e da UDH.

## 4.1.3. Socialização do Estudo Diagnóstico Sobre o Perfil dos Condenados por Crimes Sexuais Contra Menores - Conhecer Para Melhor Intervir

Lançado pela CNDHC em 2016, o estudo foi financiado pela Bornefonden, com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde e do Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente. Teve como objetivo conhecer o perfil dos condenados por crimes sexuais contra menores em Cabo Verde, e contribuir para o conhecimento, prevenção e intervenção das autoridades e da sociedade em geral nesses casos. Em 2017, o estudo foi amplamente apresentado aos vários setores do Estado e da sociedade civil, através da realização de apresentações públicas dinâmicas e muito participativas. Estas atividades contaram com a presença da Presidente da CNDHC e pelo menos uma das três consultoras responsáveis pela realização do estudo, ICCA e Câmaras Municipais.



#### 4.1.3.1. Ilha do Maio

Representantes de várias entidades locais e particulares participaram na apresentação pública do estudo "O perfil dos condenados por crimes sexuais contra menores: Conhecer para melhor intervir" na ilha do Maio no dia 1 de Março.

A atividade decorreu no Salão da Assembleia Municipal e a abertura contou com os discursos da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; do Coordenador do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, Mário Fernandes; e da Vereadora da Promoção Social e Ponto Focal da CNDHC na Câmara Municipal do Maio, Sandra Borges.





A apresentação dos resultados do estudo foi feita por uma das consultoras Kika Freyre, representando a equipa constituída ainda por Dionara Anjos e Carla Corsino. Seguiu-se um intenso debate moderado pela Procuradora da República da Comarca do Maio, Carla Teixeira, onde se registaram pertinentes contributos e questionamentos sobre o tema.

## 4.1.4. Socialização da cartilha SOS Planeta Terra - Construindo a Cidadania Ecológica

SOS Planeta Terra – Construindo a cidadania ecológica é o quinto número da coleção Cadernos de Cidadania, lançada na Cidade da Praia, em 2016. A sua temática centra-se no ambiente e na crise ecológica, abordando os problemas



ambientais globais e as suas manifestações em Cabo Verde, almejando contribuir para a construção da cidadania ecológica no país. A cartilha resultou de uma parceria entre a CNDHC e a Direção Nacional do Ambiente (DNA), sendo que a última financiou a sua elaboração e edição.

No ano de 2018, no âmbito da deslocação de uma equipa da CNDHC à ilha do Maio, a CNDHC realizou atividades de divulgação junto aos alunos do ensino secundário e básico da ilha. As três ações foram facilitadas pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; pela Assessora de Comunicação, Ilda Fortes; e pelo Engenheiro José Ramalho, da delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA). Foram distribuídos aos participantes exemplares da cartilha, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o flyer institucional.

#### 4.1.4.1. Ilha do Maio

✓ No dia 28 de fevereiro alunos do 8º ano de escolaridade da Escola Secundária Horace Silver, na Cidade do Porto Inglês, participaram numa das ações de socialização da cartilha "SOS Planeta Terra − Construindo a cidadania ecológica". Após uma breve introdução sobre os conceitos de direitos humanos e cidadania ecológica pela CNDHC, os alunos foram desafiados pelo MAA a fazer uma análise crítica sobre os problemas ambientais na ilha do Maio, com participações muito pertinentes.



✓ No dia 1 de março cerca de 40 alunos do 4º ano de escolaridade do Pólo Educativo da Calheta, na ilha do Maio, assistiram a uma sessão sobre Cidadania Ecológica. A atividade iniciou com uma breve introdução sobre os conceitos de direitos humanos e cidadania ecológica. Num segundo momento, estimulou-se os alunos a fazer uma reflexão sobre os maiores problemas ambientais na localidade de Calheta e na ilha do Maio em geral.



✓ A terceira sessão decorreu no dia 2 de março com cerca de 40 alunos da Escola Primária de Porto Inglês. Os alunos tiveram uma participação ativa no debate sobre os desafios da proteção ambiental na ilha. Desafiados a analisar a situação da proteção ambiental na ilha do Maio,



mostraram-se muito cientes sobre os desafios que a ilha enfrenta a nível da apanha de areia, apanha de tartarugas, poluição entre outros.



## 4.1.5. Sessão de Toma Benson - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa

O Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 2006, com o objetivo de criar uma consciência mundial, social e política da existência da violência contra a pessoa idosa, e, simultaneamente, disseminar a ideia de não a aceitar como normal.

Com o objetivo de assinalar a efeméride, a CNDHC, em parceria com a Cruz Vermelha de Cabo Verde e com a Câmara Municipal da Praia, realizou no dia 15 de junho uma sessão de Toma Benson no Centro de Dia da Terceira Idade da Cruz Vermelha, no bairro da Fazenda, Cidade da Praia. A atividade reuniu idosos que frequentam o centro e alunos do Jardim Infantil do Parque 5 de Julho, das Escolas do Ensino Básico SOS e Lavadouro, e contou com atividades de cariz cultural com a atuação das batucadeiras da ADEVIC e de Calabaceira.



A iniciativa teve como principal finalidade promover o respeito pelos direitos humanos das pessoas idosas em Cabo Verde, recordando uma prática cultural que, cada vez mais, tem sido menos visível, sobretudo nas zonas urbanas. A atividade contou com breves palavras de Nha Balila, líder comunitária e contadora de histórias, sobre o significado cultural do ato de "Toma Benson" na ilha de Santiago e em Cabo Verde no geral.



# 4.1.6 Campanha Nacional de Promoção dos Direitos Humanos - 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos



A CNDHC, a União Europeia (UE) e o Sistema das Nações Unidas (ONU) em Cabo Verde lançaram uma campanha nacional de promoção dos Direitos



Humanos, no âmbito da celebração dos "70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos".

A Campanha tem como principal objetivo promover o conhecimento e o debate sobre a história, princípios e artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também estimular a população cabo-verdiana a interiorizar esses princípios no quotidiano e a reconhecer a responsabilidade de todos na promoção e defesa dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento, organização, coesão e estabilidade social em Cabo Verde.

# 4.1.6.1 Lançamento Oficial da Campanha de Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos -ilha da Boa Vista

O ato decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal da Boa Vista, tendo contado com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; da Embaixadora da União Europeia, Sofia Moreira de Sousa, da Coordenadora Residente das Nações Unidas, Ana Patrícia Graça; e do Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista, José Luís Santos.





Durante o evento, foi apresentado o material IEC da campanha, nomeadamente: *roll up*, camisolas, cartazes, folhetos e spot (financiados pelo projeto SGP +), o videoclip da música oficial da campanha e uma edição especial dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (financiados pelas Nações Unidas).



Além disso, foi feita uma apresentação e os presentes foram desafiados a fazer uma análise sobre a situação dos direitos humanos na ilha da Boa Vista. A sessão, contou com a participação de cerca de 30 pessoas, representantes de várias entidades e da população local, com o apoio do Ponto Focal da CNDHC na ilha, José Marques.

# 4.1.6.2. Campanha 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Sessões Oficiais, Comunitárias e Escolas Secundárias

No âmbito das deslocações alusivas à Campanha 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CNDHC realiza três sessões diferentes e dirigidas a públicos alvos diferentes, (1 Sessão Oficial,1 Comunitária e 1 nas Escolas Secundárias). O objetivo é transmitir as mensagens para públicos menores e assim promover uma reflexão sobre o tema a nível local. As atividades têm sido dirigidas pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; pela Assessora de Comunicação, Ilda Fortes; e pelas Técnicas, Marísia Nascimento e Zoraida Fortes. Durante as sessões são apresentados os objetivos e mensagens principais e a partir da apresentação dos vídeos e distribuição dos folhetos, camisolas e exemplares da DUDH, os participantes são desafiados a analisar se os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos têm sido respeitados e a refletir sobre o papel de cada um na promoção e defesa desses direitos.

A realização das atividades conta com o apoio dos Pontos Focal da CNDHC nos concelhos e deverão estender-se até Dezembro de 2019. No ano de 2018, foram realizadas as seguintes atividades mediante as tabelas que se seguem:

TABELA 2: SESSÕES COMUNITÁRIAS

ILHA	DATA	LOCAL	Nº DE PARTICIPANTES
------	------	-------	---------------------



COMMISSION CONTINUES, PARAS OS REMOTOS PARAMENTES A CIDERANA.				
Boa Vista	19/06/2018	Povoação Velha - Boa Vista	25 jovens e adultos	
	20/06/2018	Bairro da Boa Esperança	30 jovens e adultos	
São Nicolau	25/09/2018	Hortelã	22 jovens e adultos	
	26/09/2018	Preguiça	10 jovens e adultos	
Santiago 25/10/2018 João Garrido - São Domingos 23 jo		23 jovens e adultos		
Santo Antão	11/11/2018	Centro Comunitário Caibros- Ribeira Grande	24 jovens e adultos	
	11/11/2018	EBI de Figueiral – Ribeira Grande	23 jovens e adultos	
	12/11/2018	EBI de Pontinha de Janela – Paúl	37 jovens e adultos	
São Vicente	14/11/2018	Centro da Juventude da Ribeira de Craquinha	32 jovens e adultos	
	16/11/2018	Salão da Casa do Pescador- São Pedro	9 jovens e adultos	















TABELA 3: SESSÕES NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS/UNIVERSIDADES

ESCOLAS /ILHA	DATA	LOCAL	Nº DE PARTICIPANTES
Boa Vista	20/06/2018	Centro de Juventude	70 alunos do 7º, 8º e 11º anos
São Nicolau	25/09/2018	Escola Secundária do Tarrafal	28 alunos
	27/09/2018	Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva	35 alunos
	25/10/2018	Escola Secundária Fulgêncio Tavares	91 alunos
Santiago	27/11/2018	Escola Secundária Pedro Gomes	23 alunos - H1
	28/11/2018	Escola Secundária Pedro Gomes	26 alunos - ES1/CT1
	29/11/2018	Escola Secundária Pedro Gomes	20 alunos



COMMISSION PACIFICIAL PAGE OF DESCRIPTOR PRESENTAGE & CENTRALISMA				
	12/12/2018	Centro Educativo Mira Flores	44 alunos, 11º ano	
Santo Antão	12/11/2018	Escola Secundária Januário Leite- Paúl	33 alunos	
Sunto / unao	13/11/2018	Escola Técnica João Varela - Porto Novo	41 alunos	
	15/11/2018	Escola industrial e Comercial do Mindelo	31 alunos	
São Vicente	15/11/2018	Liceu Ludgero Lima	26 alunos	
	16/11/2018	Universidade de Cabo Verde - UNICV	21 alunos	



















TABELA 4: SESSÕES OFICIAIS

ILHA	DATA	LOCAL	Nº de participantes
Boa Vista	19/06/2018	Salão Nobre da Câmara Municipal	35 (funcionários de instituições públicas, membros de Igrejas e associações)
São Nicolau	14/09/2018	Centro Cultural Paulino Vieira	39 (funcionários de instituições públicas, membros de Igrejas e associações)
Santiago	24/10/2018	Salão Nobre da Câmara Municipal de São Domingos	31 (funcionários de instituições públicas, membros de Igrejas e associações)
Santo Antão	13/11/2018	Salão Nobre da Câmara Municipal – Porto Novo	28 (funcionários de instituições públicas, membros de Igrejas e associações)
São Vicente	14/11/2018	Universidade do Mindelo	60 (alunos, professores, funcionários de instituições públicas)



# 4.1.6.3. Lançamento da música oficial da campanha

A música oficial da campanha foi lançada no dia 20 de Julho, no programa da televisão pública de Cabo Verde (Show da Manhã), com a participação da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e do jovem artista Hilário Silva, que é uma das caras da campanha. Refira-se que a produção da



música, intitulada "Nos tud tem direito" ("Todos temos direitos") e a gravação do videoclip contaram com o financiamento do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde.

#### 4.1.6.4. Lançamento dos 30 spots da campanha

A 20 de Setembro, foram lançados 30 novos spots da campanha, de 15 segundos cada, com 30 personalidades (responsáveis de instituições,



ativistas e anónimos) a dizer os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em crioulo (com o financiamento das Nações Unidas). Esta atividade é um complemento da campanha, na medida em que responde a um desafio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos de estimular as pessoas a gravar artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na sua língua materna, para assinalar os 70 anos da aprovação do documento.



O ato decorreu na Livraria Pedro Cardoso, na Cidade da Praia, com a participação da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; da Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde, Sofia Moreira de Sousa; e da responsável do Portefólio Governação, Justiça e Administração Pública do PNUD do PNUD, Elisabete Mendes. Além da apresentação dos vídeos, o evento incluiu ainda um momento cultural com a participação especial do artista Hilário Silva, autor da música oficial da campanha.

# 4.1.6.5. Comemoração do 10 Dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos

Em 2018, o 10 de Dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, foi comemorado com atividades centrais na Cidade da Praia, mas também com atividades promovidas pelos Pontos Focais da CNDHC em vários concelhos. Tentou-se, dessa forma, promover a celebração da efeméride a nível nacional.

A nível central, foram realizadas duas atividades na Cidade da Praia:

✓ a realização de conferência alusiva ao tema "A Declaração Universal dos Direitos Humanos: que desafios nos dias de hoje", proferida pela especialista do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Marie-Eve Boyer-Friedrich. A atividade foi presidida pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis, e decorreu na Sala de Conferências do Palácio do Governo, com a participação de representantes de entidades nacionais, ONG's, corpo diplomático, entre outros;



✓ gala comemorativa, realizada no Auditório da Assembleia Nacional, com entrada livre. A atividade contou com um show case do jovem artista Hilário Silva, com atuações das crianças da Associação Cabo-verdiana de



Surdos, de Edyoung Lennon e da Escola de Dança Nicole.

A propósito da efeméride, e com a parceria dos Pontos Focais da CNDHC, entidades, associações e estabelecimentos de ensino de várias ilhas, foram realizadas várias outras atividades de celebração. Neste sentido, foram disponibilizados os vídeos e material impresso da campanha e, desta forma maximizou-se a comemoração da efeméride em vários pontos do país. De destacar a colaboração com as Forças Armadas e com a Polícia Nacional, cujos efetivos procederam à distribuição de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas ruas. Refira-se ainda a colaboração de algumas instituições, como entidades bancárias e outras, que aceitaram divulgar os vídeos da campanha no âmbito do dia 10 de Dezembro.

Segue uma lista das ilhas, parceiros e indicação das atividades realizadas:

- ✓ Santo Antão / Ribeira Grande Grupo Sócio Cultural de Caibros desfile com artigos da DUDH
- ✓ São Vicente alunos do 2º ano do curso de Ciências da Educação da Universidade de Cabo Verde distribuição de exemplares da DUDH nas ruas do centro da Cidade do Mindelo
  - Forças Armadas distribuição de exemplares da DUDH na rua a populares
- ✓ São Nicolau / Ribeira Brava Ponto Focal da CNDHC Ricardina Gonçalves marcha com alunos da Escola Secundária Dr. Baltazar Lopes da Silva
- ✓ São Nicolau / Tarrafal Ponto Focal da CNDHC Lodania Vieira marcha com alunos de escolas primárias



- ✓ Sal Ponto Focal da CNDHC na ilha Ana Paula Brito atividades em escolas secundárias, comunidades e com militares
- ✓ Boa Vista Ponto Focal da CNDHC na ilha José Marques sessão com crianças, distribuição de exemplares da DUDH nas ruas, com apoio de jovens estudantes
- ✓ Maio Ponto Focal da CNDHC Sandra Santos sessão em escolas primárias e secundárias, distribuição de exemplares da DUDH a funcionários da Câmara Municipal
- ✓ São Domingos Ponto Focal da CNDHC Hermínia Carvalho sessão com crianças de jardins infantis
- ✓ Santa Cruz Ponto Focal da CNDHC Emanuel Cruz sessões em jardins infantis, escolas primárias, secundárias e de formação profissional; sensibilização e distribuição de exemplares da DUDH na Polícia Nacional, Delegacia de Saúde e ruas do concelho
- ✓ São Miguel Ponto Focal da CNDHC Celisa Alves distribuição de exemplares da DUDH
- ✓ Santiago / Praia Polícia Nacional distribuição de exemplares da DUDH na rua a populares
  - Forças Armadas distribuição de exemplares da DUDH na rua a populares
  - Presidência da República realização de atividade com alunos de todas as escolas secundárias da ilha
- √ Fogo / São Filipe professora Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa palestra a alunos do 8º ano
- ✓ Fogo / Santa Catarina Ponto Focal da CNDHC Adilseusa Montrond sessão com alunos do 11º e 12º ano do Complexo Educativo Eduardo Gomes Miranda

# 4.1.7. Lançamento do "Cidadão Pikinoti" - Vídeo

A versão "Cidadão Pikinoti" em vídeo é uma iniciativa que resultou de uma adaptação do quarto número da coleção Cadernos de Cidadania da CNDHC, lançada pela CNDHC em 2013 com o apoio da UNICEF, visando transmitir as crianças conceitos básicos relacionados com os seus direitos e deveres e com



o exercício da cidadania. Dezenas de crianças assistiram no dia 2 de agosto, ao Lançamento do "Cidadão Pikinoti em Vídeo", na cidade da Praia. Além de algumas instituições nacionais, as crianças que frequentam os centros do ICCA, ACRIDES e Aldeias Infantis SOS estiveram presentes no evento.





O ato contou com um momento musical com a jovem Lívia Mendes, da Associação Cabo-verdiana de Surdos; com a atuação do jovem Titico Pires, do grupo Mon na Roda; e breves conversas com as crianças que deram as vozes ao vídeo (Aguiana Varela (voz da Samira) e Inês Monteiro (voz do Miguel).

O vídeo foi divulgado nas plataformas digitais da CNDHC, que está a enveredar esforços para o fazer chegar a todas as escolas do EBI do país. O projeto contou com o financiamento da Bornefonden e da Cooperação Portuguesa.

A adaptação para o formato audiovisual contará ainda com uma edição em língua gestual, cujo objetivo é permitir que o conteúdo seja mais atrativo e acessível ao maior número possível de crianças.

#### 4.1.8. Os Direitos Humanos não vão de férias

"Os Direitos Humanos não vão de férias", uma iniciativa dos Jovens Pela Paz, conta com a parceria da CNDHC. A atividade pretende promover o



conhecimento e a prática dos princípios dos Direitos Humanos, entendidos como ferramentas para uma cultura da paz e sã convivência entre as pessoas.

Consiste na leitura individualizada em bairros e em espaços públicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e visa fazer com que as comunidades fiquem mais e melhor familiarizadas com os valores dos Direitos Humanos.

Em 2018, as atividades decorreram de 8 a 25 de agosto em vários concelhos da ilha de Santiago, como Santa Cruz, Santa Catarina, São Miguel, São Lourenço dos Órgãos e Tarrafal, conforme o calendário que se segue:

TABELA 5: CALENDÁRIO OS DH NÃO VÃO DE FÉRIAS

Concelho	Data/ Horário	Local
	08/08/2018	
Santa Cruz	*09:00 - Quarta-feira	Abertura
	11/08/2018	
Santa Catarina	*09:00 - Sábado	Rua Pedonal/ Campo Relvado
São Lourenço dos Órgãos	21/08/2018	Centro da Cidade
	*09:00 - Quarta-feira	
	18/08/2018	Centro da Cidade
São Miguel	*09:00 - Sábado	
	25/08/2018	
Tarrafal	*09:00 - Sábado	Área Balnear
	15/09/2018	
Praia/Fazenda	*09:00 - Sábado	Encerramento

A iniciativa foi reproduzida nas ilhas de São Vicente, em parceria com o Djeu d'Merca e formandos do curso de direitos humanos; e na Boa Vista, em parceria com a Associação Comunitária Unidos pela Boa Vista (ACUB), no dia 13 de setembro no Bairro da Boa Esperança e no dia 14 de setembro no mercado de verduras e no Centro de Dia de Idosos.



Com o final das férias escolares, realizou-se no dia 15 de setembro a sessão de encerramento na Cidade da Praia, no bairro da Fazenda.



















# 4.1.9. Oficina de Direitos Humanos e Cidadania – 6ª edição de Atividades de Tempos Livres da Câmara Municipal da Praia

A CNDHC foi uma das instituições parceiras da 6ª edição das Atividades dos Tempos Livres - ATL Municipal "Cidadão Mirim", promovido pela Câmara Municipal da Praia. O ATL funcionou, das 14 às 18, de 2ª à 6ª feira, em cinco bairros da capital, a saber: São Pedro, Plateau, Castelão, Bela Vista e Vila Nova. Decorreu de 1 a 24 de agosto, contando com sessões de diferentes temáticas nomeadamente: música, dança, reciclagem, saúde oral, educação nutricional, culinária, educação ambiental, pintura, primeiros socorros, artesanato, etc. Destina-se a crianças inseridas no sistema de ensino, dos 6 aos 12 anos. Cada sala foi composta por uma média de 25 crianças e 5 monitores fixos.

A CNDHC foi convidada a realizar seis oficinas de cidadania, uma em cada bairro. As oficinas foram facilitadas pela técnica da CNDHC Marísia Delgado Nascimento, tendo por base o vídeo e a publicação "Cidadão Pikinoti" desenvolvidos pela CNDHC. Durante as sessões, foram feitas abordagens sobre os conceitos de direitos humanos e cidadania, mas também dos direitos das crianças. Todas as crianças receberem um exemplar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão Pikinoti.











Segue uma tabela resumo das sessões de Direitos Humanos e Cidadania realizadas:

TABELA 6: ATL MUNICIPAL

N.º	DATA	LOCAL	N.º CRIANÇAS
1	06/08/18	Jardim "Pequenos Aventureiros" – São Pedro, Complexo Casa para Todos	18
2	09/08/18	Sala 2, Salão Paroquial - Plateau	26
3	10/08/18	Jardim "Florescer" - Castelão	23
4	14/08/18	Centro Comunitário da CMP – Bela Vista	26
5	16/08/17	"Sala 1" – Salão Paroquial - Plateau	26



6	17/08/17	"Jardim Nova Esperança"- Vila Nova	16
		TOTAL	135

# 4.1.10. 6ª Edição da Declaração Universal dos Diretos Humanos

No âmbito da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos humanos lançou um apelo a uma reflexão intensa e profunda sobre a importância de cada um dos 30 artigos que a compõe. Neste contexto, a CNDHC, enquanto instituição que promove e protege os direitos humanos em Cabo Verde, procedeu ao lançamento especial da 6ª edição da DUDH.

# 4.1.11. Publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A CNDHC publicou no dia 3 de dezembro uma brochura com o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O lançamento decorreu no ato central de comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência na Cidade da Praia.





Durante o ato de lançamento, a Presidente da CNDHC recordou que Cabo Verde ratificou a Convenção desde 2011 e que, apesar dos avanços, o país



ainda enfrenta desafios no que se refere ao respeito pelos direitos das pessoas com deficiência. Avançou ainda que se pretende fazer a adaptação do texto da Convenção para outros formatos, permitindo assim que o conteúdo da mesma esteja acessível e apreendido pela sociedade em geral, mas também pelas pessoas com deficiência. De referir que a publicação integra a coleção Documentos DH da CNDHC, que tem como objetivo divulgar as Convenções internacionais de Direitos Humanos ratificadas por Cabo Verde.

# 4.1.12. Palestras e oficinas ministradas pela CNDHC

Visando a promoção da educação para os Direitos Humanos e a Cidadania, a CNDHC promove por iniciativa própria, ou a convite de outras instituições palestras, oficinas e conversas sobre estas temáticas. Seguem algumas ações realizadas neste âmbito em 2018.

TABELA 7: PALESTRAS E OFICINAS REALIZADAS PELA CNDHC

No	DATA	TEMA	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
1	12/01/18	Percurso dos Direitos Humanos em Cabo Verde e apresentação da CNDHC	UNICV	24 alunos do 2º ano da licenciatura em Ciências da Educação
2	25/01/18	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Auditório do edifício do Estado Maior das Forças Armadas	Oficiais, Sargentos, Praças e Pessoal Civil das Forças Armadas
3	26/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E. S. Achada Grande (Achada Grande Frente)	51 alunos
4	26/01/18	Direitos Humanos e Cidadania	Associação Cultural e Desportiva Maracanã ( Ponta d´água)	40 crianças dos 6 aos 10 anos
	29/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E. S. Abílio Duarte (Palmarejo)	28 alunos
	31/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da	Sala de Reuniões da CNDHC	Comissários CNDHC



	Doclaração Universal dos	SAGONIA.	
	Declaração Universal dos Direitos Humanos		
31/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E.S. Conégo Jacinto Peregrino da Costa ( Várzea da Companhia)	39 alunos
01/02/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E. S. Alfredo da Cruz Silva (Santa Cruz)	96 alunos do 7ª ao 12º ano
02/02/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E.S. Olegário Tavares (Achada Monte- São Miguel)	41 alunos do 11º e 12º ano
03/02/18	História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Sede do Movimento Jovens pela Paz	Membros do Movimento JxP
28/02/18	Direitos Humanos	Associação Cultural e Desportiva Maracanã ( Ponta d'água)	28 alunos 5º e 6º ano
10/03/18	A Promoção da Cultura da Paz na Família	Cineteatro da Cidade de João Teves, São Lourenço dos Órgãos	Homens e mulheres das várias localidades do Concelho
13/03/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Fundação Infância Feliz	21 alunos do 11ª ano
15/03/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Escola Secundária Regina Silva	32 alunos do 10º ano
19/03/18	A Promoção da Cultura da Paz na Família	Cadeia Central da Praia	30 reclusas
21/03/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Liceu Amílcar Cabral (Santa Catarina)	20 alunos do 12º ano
21/03/18	Direitos Humanos	Universidade de Santiago – US (Santa Catarina)	68 alunos dos cursos de Ciências da Educação, Marketing e Multimédia, Relações Públicas e Ciências Empresariais, Informática, Direito, Jornalismo e Comunicação, Estudos Ingleses



 COMPRISO PACADERIA PARA O SERRITOS PRIMERROS E A CRIMADINA.					
19/04/18	Direitos da Criança	Centro de Emprego e Formação profissional	17 monitores de infância		
27/04/18	Direitos Humanos e Saúde	UNICV	27 alunos do 4º ano da licenciatura em Enfermagem		
24/05/18	Direitos Humanos e Cidadania	Centro de Emprego e Formação profissional	Formandos de Cabeleireiro e Estética		
30/08/18	Direitos Humanos	Escola Amor de Deus	30 alunos do 10º ano		
30/08/18	Direitos Humanos e Cidadania	Campo de Férias Associação Umbrella	21 jovens dos 13 aos 16 anos		
22/08/18	Direitos e deveres das crianças	Escola EBI Eugénio Lima- Associação UMBRELLA	21 crianças dos 5 aos 10 anos		
4/09/18	Cidadão Pikinoti em vídeo	Colónia de Férias – Associação Cabo- verdiana de Surdos			
21/10/18	Direitos Humanos	Centro de Pupilos das Forças Armadas	24 pupilos dos 13 aos 16 anos		















# 4.1.13. Atividades educativas promovidas pelos Pontos Focais

No âmbito de uma oficina para a elaboração de propostas de atuação dos Pontos Focais decorrida por ocasião da formação subordinada ao tema Direitos Humanos e Cidadania, ministrada aos Pontos Focais Municipais da CNDHC em abril de 2017, estes se comprometeram a realizar uma série de atividades promotoras dos Direitos Humanos nas suas comunidades. Segue a descrição de atividades realizadas pelos Pontos Focais da CNDHC em alguns Concelhos das ilhas do Sal, Santiago, Boa Vista, Maio e Fogo em 2018:

# 4.1.13.1. Sal - Comemoração do Dia Mundial da Árvore

A Ponto Focal da CNDHC, Ana Brito, colaborou com a Câmara Municipal do Sal numa atividade realizada no âmbito do Dia Mundial da Árvore, 21 de março. Foram disponibilizados exemplares da cartilha SOS Planeta Terra – Construindo a Cidadania Ecológica, que foram distribuídos para algumas instituições como a Direção do Ambiente e Saneamento, a Escola Letrinhas e a coordenação do projeto de apoio escolar do Centro Comunitário Africa 70.





O objetivo da comemoração da efeméride foi sensibilizar a população para a importância da preservação das árvores, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico, como da própria qualidade de vida dos cidadãos.

# 4.1.13.2. Santa Cruz - Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Enquadrado nas celebrações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Ponto Focal da CNDHC no concelho, Emanuel Ramos, e em parceria com os Projetos Resgate de Jovens (Movimento Sankofa Produções) e Amarte (educação artística), promoveu no dia 24 de maio, um encontro juvenil temático para promover os princípios dos direitos humanos e da cidadania.

A iniciativa, que contou com a participação de jovens de várias localidades do concelho, teve como finalidade promover uma juventude mais forte, consciente e comprometida com a defesa dos valores relacionados com o desenvolvimento sustentável, conforme os princípios fundamentais dos Direitos Humanos e da cidadania ativa.

No decorrer da iniciativa, o Ponto Focal da CNDHC apresentou ma comunicação sobre o tema "Liderança Juvenil e Cidadania Ativa para o Desenvolvimento Sustentável", ancorada nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, com o objetivo de



impulsionar a cooperação e valorização das diversas potencialidades no concelho. Os participantes receberam exemplares de documentos publicados pela CNDHC.



# 4.1.13.3. Boa Vista -Colónia de férias promovida pela Câmara Municipal

No âmbito de uma colónia de férias promovida pela Câmara Municipal da Boa Vista, o Ponto Focal da CNDHC, José Marques, dirigiu no dia 14 de agosto uma conversa sobre "O que são os Direitos Humanos". A atividade contou com a participação de 25 crianças



com idade compreendida entre os 5 e os 12 anos e teve como foco os princípios e a importância do respeito pelo próximo.

# 4.1.13.4. Ribeira Brava, São Nicolau-Divulgação do Caderno de Cidadania "Cidadão Pikinoti" no âmbito de colónia de férias promovida pela Câmara Municipal

No âmbito de uma colónia de férias promovida pela Câmara Municipal de Ribeira Brava, São Nicolau, a Ponto Focal da CNDHC, Ricardina Gonçalves, realizou no dia 25 de agosto uma sessão de apresentação da



versão audiovisual do Cidadão Pikinoti. A atividade contou com a participação de crianças e de encarregados de educação.

# 4.1.13.5. Comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos - comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos



# ✓ São Domingos

A Ponto Focal da CNDHC no Concelho de São Domingos, Hermínia Carvalho, assinalou o Dia Internacional dos Direitos Humanos com uma atividade destinada a crianças do jardim infantil das localidades de Godim, Banana e Mato Afonso. Durante a



atividade, realizada em parceria com a Câmara Municipal, ICIEG e Polícia Nacional, as crianças assistiram ao vídeo do Cidadão Pikinoti, com o objetivo de aprofundarem os conhecimentos sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos e seres humanos.

#### ✓ Maio

Em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Ponto Focal da CNDHC, Sandra Borges, realizou no dia 7 de Dezembro na Escola do Pólo 1 do Ensino Básico, uma conversa com os alunos sobre o tema e veiculação dos vídeos da campanha dos 70 anos da



Declaração Universal dos Direitos Humanos. O programa de celebração foi encerrado no dia 10 de Dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos, com a realização de uma Conversa Aberta com alunos do 8º ano da Escola Secundária Horace Silva.

# ✓ Santa Catarina – Fogo



Adileusa Montrond, Ponto Focal da CNDHC no concelho, realizou no dia 6 de Dezembro um evento subordinado ao tema "Promoção e Defesa dos Direitos Humanos", no âmbito da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do 10 de Dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos. A



atividade decorreu nos Paços do Concelho e contou com a participação de alunos do 11º e 12º anos do Complexo Educativo Eduardo Gomes Miranda.

### √ Boa Vista

Para celebrar o dia 10 de Dezembro, o Ponto Focal da CNDHC na ilha, José Marques, realizou no dia 1 de Novembro uma atividade na localidade de Estância de Baixo. Além de uma atividade desportiva com jovens das várias localidades da ilha (Norte, Estância de Baixo, Rabil, Sal Rei e Bofareira), crianças entre os 5 e os 9 anos de idade assistiram ao vídeo Cidadão Pikinoti, seguindo-se uma conversa sobre os princípios da cidadania e dos direitos humanos.

Além disso, o Ponto Focal promoveu uma sessão de distribuição de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos no centro da Cidade de Sal Rei, com o apoio de alunos da Escola Secundária local.



### ✓ Santa Cruz



O Ponto Focal da CNDHC no concelho, Emanuel Ramos, juntamente com um grupo de voluntários, assinalou os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com uma semana dedicada ao tema. A CNDHC disponibilizou exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos para distribuição.

De 3 a 10 de Dezembro, foram realizadas ações de distribuição de exemplares da Declaração e de sensibilização sobre a defesa dos direitos humanos, com públicosalvo diferenciados, nomeadamente nos jardins infantis, centros de ensino



profissional, Mercado Municipal, escolas primárias e secundárias, Esquadra Policial e Delegacia de Saúde.

# ✓ Sal

Para assinalar o 10 de Dezembro, a Ponto Focal da CNDHC na ilha do Sal, Ana Paula Brito, promoveu uma série de atividades que decorreram de 1 a 17 de dezembro.

As conversas sobre Direitos Humanos e Cidadania e socialização/entrega de exemplares de publicações alusivas ao tema, foram realizadas nos bairros de Terra Boa e África 70, mas também



com outros públicos como pais e encarregados de educação de crianças e



adolescentes, estudantes das escolas secundárias e patentes e soldados das Forças Armadas, da II<sup>a</sup> Região Militar.

No dia 14, foi realizada uma entrevista com a Rádio Comunitária dos Espargos (RCE) sobre as atividades realizadas pela Câmara Municipal, sobre o dia em apreço.

#### ✓ São Nicolau

A Ponto Focal da CNDHC no concelho do Tarrafal de São Nicolau, Lodania Vieira, realizou uma passeata pelas ruas da Cidade para assinalar 0 10 Dezembro. A atividade contou com a participação de alunos de escolas primárias do concelho.



### 4.1.14. A CNDHC nos Media e Redes Sociais

A comunicação social é um importante veiculo de educação não formal, motivo pelo qual a CNDHC tem participado em programas radiofónicos e televisivos e a Presidente tem concedido entrevistas em ocasiões especiais, como comemoração de efemérides e para dar a conhecer as atividades realizadas pela Comissão. Além disso, a CNDHC possui uma página web (www.cndhc.org.cv) e uma conta institucional na rede social Facebook (@CNDHCCV), utilizados igualmente para a divulgação e promoção institucional e para fins educativos.



# 4.1.15. Entrevistas e Participação em programas radiofónicos e televisivos

No ano de 2018, à semelhança de anos precedentes, a Presidente da CNDHC concedeu entrevistas à comunicação social e participou numa série de programas radiofónicos e televisivos. A tabele 8 resume algumas entrevistas concedidas pela Presidente da CNDHC em 2018:

TABELA 8 - PRESENÇA DA CNDHC NA IMPRENSA

DATA	ORGÃO(S)	ÂMBITO	
24/01/18	Vários	XL reunião Plenária da CNDHC	
25/01/18	Vários	Palestra sobre Diretos Humanos para as Forças Armadas (parceria CNDHC e Unidos pelos Direitos Humanos)	
26/01/18	Vários	Lançamento de campanha de educação para os Direitos Humanos nas escolas (Escola Secundária da Achada Grande Frente)	
23/02/18	Vários	Atelier de socialização de Relatório sobre Direitos Humanos em Cabo Verde para Revisão Periódica Universal das Nações Unidas	
1/03/18	Vários	Apresentação do "Estudo Diagnóstico sobre o Perfil dos Condenados por Crimes Sexuais Contra Menores" na Cidade de Porto Inglês, ilha do Maio	
21/03/18	Vários	Palestras sobre os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Cidade de Assomada, ilha de Santiago	
18/04/18	Vários	Lançamento do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania 2017 - 2022	
25/04/18	Vários	XLI reunião Plenária da CNDHC	
26/05/18	A Nação, Expresso das Ilhas	Capacitação de Animadores em Direitos Humanos	
15/06/17	Vários	Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa com ato c Toma Benson	
19/06/18	Vários	Lançamento oficial da campanha nacional de celebração dos "70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos" na ilha da Boa Vista	
14/07/18	Inforpress	Dia Mundial da Liberdade de Pensamento	
23/07/18	Vários	XLII reunião Plenária da CNDHC	
2/08/18	Vários	Lançamento do Cidadão Pikinoti em Vídeo	
16/08/18	RCV + (Programa Educação par aa Cidadania - Fundação Donana)	Educação em Direitos Humanos e Cidadania	
18/08/18	TCV , Inforpress	"Os Direitos Humanos não vão de Férias 2018" em Calheta, ilha de Santiago	
29/08/18	RCV	"Os Direitos Humanos não vão de Férias" em São Vicente	
5/09/18	Vários	Formação para ONG's sobre a elaboração de relatórios-sombra das Convenções Internacionais de Direitos Humanos	
13/09/18	Inforpress	2 anos de mandato da Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, Zaida Morais de Freitas	



15/09/18	TCV, RCV	Encerramento da iniciativa "Os Direitos Humanos não vão de Férias 2018" na Cidade da Praia
18/09/18	Vários	Formação sobre a elaboração de relatórios do Estado aos Mecanismos de Direitos Humanos
20/09/18	Vários	Lançamento de 30 vídeos da campanha de celebração dos "70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos"
24/09/18	TCV	Campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Cidade do Tarrafal de São Nicolau
27/09/18	TCV	Campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Cidade da Ribeira Brava (Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva)
24/10/18	Inforpress	Campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no concelho de São Domingos, ilha de Santiago
31/10/18	Vários	XLIII Plenária da CNDHC
10/11/18	TCV	Performance teatral sobre Direitos Humanos nas ruas da Cidade do Mindelo, São Vicente
13/11/18	TCV	Campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Cidade do Porto Novo, Santo Antão
14/11/18	TCV, RCV, Inforpress	Campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Cidade do Mindelo, São Vicente
21/11/18	Vários	Formação sobre intervenção com condenados por crimes sexuais
/11/18	RTP África (Nha Terra, Nha Cretcheu)	Direitos Humanos em Cabo Verde
3/12/18	RCV (Programa Discurso Direto)	Direitos Humanos em Cabo Verde
20/12/18	Vários	Dia Internacional dos Direitos Humanos (gala e conferência)

# 4.2. ATRIBUIÇÕES EM MATÉRIA CONSULTIVA

O artigo 6º do Estatuto da CNDHC indica que, no âmbito das suas atribuições, a instituição pode, por iniciativa própria, examinar e formular recomendações em relação à legislação nacional e às políticas públicas relativas aos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Cidadania e elaborar estudos e pareceres sobre tratados na área dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário que Cabo Verde tenha interesse em ratificar ou aderir.



# 4.2.1. Atelier de socialização do Relatório sobre Direitos Humanos em Cabo Verde para Revisão Periódica Universal das Nações Unidas

Promovido pela CNDHC no dia 23 de fevereiro, a iniciativa teve como principal finalidade socializar a primeira versão e recolher subsídios para a finalização do relatório, contando com as participações de representantes de vários setores governamentais e da sociedade civil. O documento foi elaborado por uma equipa de consultoras, sob a coordenação da CNDHC, tendo sido criado um grupo de seguimento interministerial em que participaram representantes do Gabinete do Primeiro Ministro, Ministério da Justiça e Trabalho e Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. O relatório serviu de base para a avaliação a que o país foi sujeito pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a 8 de maio, em Genebra, Suíça, no âmbito da Revisão Periódica Universal.





# 4.2.2. Constrangimentos na efetivação do direito à saúde

Na sequência de constrangimentos constatados a nível da assistência médica e do transporte de doentes, a CNDHC, no âmbito do seu mandato de promoção e proteção dos direitos humanos, remeteu uma Recomendação ao Governo, com enfoque nos constrangimentos na efetivação do direito à saúde em Cabo Verde, sobretudo no que se refere às evacuações.

O documento remetido no dia 26 de junho ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Saúde, recomenda "a tomada de medidas urgentes e adequadas para



melhorar as respostas ao nível da efetivação do direito humano à saúde, particularmente através da garantia de maior celeridade na decisão dos processos de evacuação e assegurando que estas sejam feitas em tempo útil e em condições de segurança desejáveis". Não obstante reconhecer as medidas legislativas e políticas que têm sido adotadas visando a "efetivação do direito a uma saúde com qualidade e que ofereça garantias de uma vida com dignidade", a instituição reconhece que este ainda é um grande desafio para os cabo-verdianos e que "o panorama nacional a nível das evacuações internas e externas é extremamente preocupante".

# 4.2.3. *Plaidoyer* a favor da vinculação ao Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, que cria o Tribunal Africano de Direitos Humanos

Cabo Verde ratificou um dos principais instrumentos de direitos humanos a nível regional – A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (A Carta) que consagra os valores da dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos. A Carta reafirma ainda a adesão aos princípios dos direitos humanos e dos povos, as liberdades e os deveres contidos nas declarações, convenções e outros instrumentos adotados pela Organização da Unidade Africana (OUA) e outras organizações internacionais.

Neste sentido, a CNDHC recomendou ao Governo no mês de maio a ratificação do Protocolo Adicional à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, que cria o Tribunal Africano de Direitos Humanos, que se reveste de importância vital no reforço dos mecanismos de proteção de direitos humanos.



# 4.2.4. *Plaidoyer* para a Ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação

O Estado de Cabo Verde desde sempre demonstrou o seu comprometimento com a realização dos direitos humanos. Assim, ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em Nova lorque, a 20 de novembro de 1989, a qual foi aprovada e ratificada pela Lei n.º 29/IV/91 de 30 de dezembro e ratificada a 4 de junho de 1992.

No entanto, entre os tratados relevantes que o país não ratificou, existe o Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança, relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação. Foi neste sentido que a CNDH, nos termos das suas atribuições, recomendou ao Governo a Ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança, relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação.

Tendo em vista que o principal objetivo é reforçar o respeito pelo superior interesse da criança, princípio matricial da Convenção Sobre os Direitos da Criança, foi reconhecida a necessidade de se complementar os mecanismos nacionais, respeitando o princípio da não discriminação e reconhecendo a especial situação de vulnerabilidade da criança e do seu direito a ser ouvida. Entende-se que este será um contributo para permitir uma aplicação mais eficaz da referida Convenção a nível nacional.

De realçar ainda que, com a aprovação do Protocolo deve também ser aprovada uma declaração através da qual a República de Cabo Verde reconhece as competências do Comité dos Direitos da Criança, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 12. ° do o Protocolo.



# 4.2.5. Relatório Paralelo da CNDHC sobre a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias

Cabo Verde ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias em 1997, tendo entrado na ordem jurídica cabo-verdiana a 01 de julho de 2003.

Em Agosto de 2018, a CNDHC submeteu o seu relatório sombra que visou apresentar ao Comité de Trabalhadores Migrantes da ONU informações contendo a perspetiva da CNDHC enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos, bem como, os pareceres e recomendações em matéria dos direitos dos trabalhadores migrantes e membros das suas famílias. A elaboração do relatório contou com a colaboração de um grupo de Comissários e Técnicos da CNDHC.

# 4.2.6. Relatório Paralelo da CNDHC sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais

Por ocasião da submissão do Relatório Inicial do Governo da República de Cabo Verde sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ocorrido a 09 de novembro de 2017, a CNDHC submeteu o relatório paralelo sobre a implementação da respetiva convenção contendo a sua perspetiva acerca da implementação dos DESC em Cabo Verde, assim como os seus pareceres e recomendações nesta matéria. O documento foi elaborado com a colaboração de um Grupo de Trabalho de Comissários, constituído para o efeito.

No âmbito da 64ª Sessão do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas, que decorreu em Genebra, Suíça, a CNDHC foi ouvida e esteve presente na sessão, enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos.



# 5. PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO

# 5.1. Sessão Pública de apresentação e lançamento de publicação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania 2017-2022 (II PNADHC)

A sessão decorreu no dia 18 de Abril, destinada a representantes de várias entidades governamentais e da sociedade civil implicadas na implementação do PNADHC. O ato de abertura foi presidido pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis, e contou com as intervenções da Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, Zaida Morais de Freitas; e da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson. Seguiu-se a apresentação da estrutura e principais pontos do II PNADHC pelo Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches.





O evento teve como objetivo socializar o documento, que define as linhas que devem nortear as políticas públicas do país no que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos e densificação da cidadania em Cabo Verde. A implementação das ações previstas implica o envolvimento de todos os setores governamentais e das organizações da sociedade civil, e será acompanhada pela CNDHC.



Recorde-se que a elaboração do II PNADHC contou com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde e o documento foi aprovado em Conselho de Ministros a 21 de Setembro de 2017.

# 5.2. Participação da CNDHC em Redes ou Comités específicos:

Além das ações promovidas pela CNDHC, a instituição integra algumas Redes e Comités sobre temas específicos, nomeadamente:

# - Comité Nacional de Ética em Pesquisa para a Saúde

Criado pelo Decreto-Lei n.º 26/2007 de 30 de julho, o Comité Nacional de Ética em Pesquisa para a Saúde (CNEPS) visa assegurar a salvaguarda da dignidade, direitos, a segurança e o bem-estar de potenciais participantes de pesquisas para a saúde. Conforme o 4º artigo do Decreto-Lei que o criou, referente a sua composição, esta deve integrar um membro da CNDHC. No ano de 2018, a CNDHC foi representada pela sua Presidente, Zaida Morais de Freitas, que participou nas reuniões mensais e emitiu pareceres relativamente aos dossiers socializados pelo Comité através de correio eletrónico.

#### - Conselho Nacional de Imigração (CNI)

A CNDHC integra o CNI, estando representada pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches. Neste âmbito, este participou no dia 28 de março de 2018, na VIIª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, presidida pela Ministra da Família e Inclusão Social, Maritza Rosabal. Durante o encontro, procedeuse a alterações do Regulamento do Conselho Nacional de Imigração e foi aprovado o IIº Plano de Ação da Imigração e Inclusão Social de Imigrantes.

### - Campanha Menos Álcool, Mais Vida



Promovida pela Presidência da República, a campanha de Prevenção do Uso Abusivo do Álcool em Cabo Verde, conta com a parceria de diversas organizações. A CNDHC integra o Grupo IV – Políticas Públicas e Legislação, sendo representada pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches. Em 2018, foram realizados dois encontros, nos dias 14 de Março e 9 de Maio. A 20 de Dezembro, foi realizada uma visita à Fazenda Esperança, um espaço que acolhe e trata jovens com problemas com o álcool e outras drogas. Na altura, foram entregues alguns donativos recolhidos numa campanha previamente realizada.

#### - Rede Sol

A Rede Sol é uma parceria institucional voluntária, coordenada pelo Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), constituída por vários setores estatais e organizações não-governamentais, e que visa melhorar os serviços de atendimento às vitimas de Violência Baseada no Género e melhorar a articulação institucional das organizações que lidam com a problemática. A CNDHC é uma das instituições parceiras da Rede Sol Praia, representada pela Técnica Marísia Nascimento.

# - Comité Pro-Criança - Prevenção e combate ao abuso e exploração sexual

O Comité, coordenado pelo Ministério da Família e Inclusão Social, foi criado através da Resolução n.º 55/2014, de 23 de julho, com o objetivo de reunir as entidades públicas e privadas que atuam na esfera de proteção e promoção dos direitos da criança. A CNDHC é representada pela Técnica Marísia Delgado Nascimento.

No âmbito da sua participação no Comité, a CNDHC tem como uma das responsabilidades, em parceria com o Ministério da Justiça e Trabalho, organizar um Programa de Atendimento e intervenção psicológica com condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Em 2018,



foram dados passos neste sentido, com a realização de uma formação e preparação de um manual que deverá ser concluído e lançado em 2019.

A CNDHC está também encarregue de promover a criação de um Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 73º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que terá como finalidade congregar dados que subsidiem na formulação de recomendações relativas à execução da política da infância e adolescência.

### -Task Force do Programa PARECO

PARECO é um Programa Regional de Redução de Riscos do VIH e Tuberculose que abrange cinco países da África Ocidental, financiado pelo Fundo Global de Luta Contra a SIDA, Tuberculose e Malária e promovido pela Aliança Nacional das Comunidades para a Saúde (ANCS), situada em Dakar, Senegal.

Cabo Verde integra o Programa, com o envolvimento da Plataforma das ONG's e do Ministério da Saúde, tendo sido criada uma uma Task Force para efeito de acompanhamento da implementação do Programa no país.

A CNDHC integra a Task Force, tendo como Ponto Focal a Técnica Marísia Nascimento. A *Task Force* funciona em regime de reuniões ordinárias trimestrais, podendo ocorrer reuniões extraordinárias ou teleconferências.

# 5.3. Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura

O Conselho de Ministros aprovou a Resolução nº 98 / 2018 de 24 de Setembro, que designa a instituição como o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura.

Conforme o documento, compete à CNDHC efetuar visitas regulares a locais de privação de liberdade, formular recomendações às autoridades



competentes, apresentar propostas e pareceres sobre a legislação em vigor, com vista à prevenção da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Além disso, a instituição pode receber queixas sobre eventuais casos e assegurar a investigação dos mesmos.

# 6. ATRIBUIÇÕES EM MATÉRIA INVESTIGATIVA

No âmbito das suas atribuições, a CNDHC possui um gabinete de atendimento de denúncias de situações de violação dos direitos humanos, que são posteriormente investigadas para encaminhamento e seguimento. As denúncias podem ser feitas presencialmente, por telefone, email ou através das redes sociais da instituição. Além disso, a CNDHC pode tratar de casos de que tenha conhecimento através de outros meios, como redes sociais, comunicação social, entre outros.

#### 6.2. Receção, tratamento, encaminhamento e seguimento de denúncias

Das alegadas violações dos Direitos Humanos que chegaram ao conhecimento da CNDHC, em 2018, foram tratados um total de 54 casos, sendo 43 referentes a denúncias novas e 11 referentes a anos anteriores cujo tratamento se prolongou.

Como tem acontecido nos anos anteriores, a maioria das vítimas são do sexo masculino, perfazendo um total de 31. As vítimas do sexo feminino perfazem um total de 18. Além das denúncias feitas em nome individual, a CNDHC recebeu 5 denúncias em nome coletivo. Estas últimas referem-se a grupos de vítimas de ambos os sexos.

Dos 54 casos tratados em 2018, 45 foram seguidos pela CNDHC e 9 não. Ainda do total, 36 foram encaminhados para outras instituições e 18 não. Segue tabela com a tipologia das denúncias recebidas:



TABELA 9: TIPOLOGIA DAS DENÚNCIAS EM 2018

TIPOLOGIA DAS DENÚNCIAS	Fi	PERCENTAGEM
Outros	11	20%
Saúde	10	18%
Criança	8	15%
Imigrante	2	4%
Abuso autoridade/agressão policial	2	4%
Justiça	11	20%
Recluso	5	9%
Trabalhador	6	10%
TOTAL	54	100%

Fonte: CNDHC

Relativamente às denúncias efetuadas na CNDHC, os dados dos últimos anos têm demonstrado uma diminuição significativa no número de casos. Por outro lado, e no âmbito do tratamento dos casos, tem-se verificado a necessidade de melhorar a articulação com outras entidades e de redefinir os procedimentos institucionais nessa matéria.

#### 7. ATIVIDADES INTERNAS

#### 7.1. Reuniões

Um bom planeamento das atribuições e dos objetivos estratégicos é um diferencial e um marco importante na performance geral das instituições. Nesse sentido, a CNDHC tem essa premissa como prioridade no seu âmbito de atuação. Posto isso, mensalmente, a Presidente reúne-se com o *staff* da instituição para organização das atividades a serem concretizadas no mês seguinte e o balanço dos projetos executados no mês anterior. Igualmente, também numa periodicidade regular (primeiras terças-feiras de cada mês) são realizados encontros setoriais da equipa responsável pela receção,



tratamento, seguimento e encaminhamento de denúncias de alegadas violações de Direitos Humanos. Em seguida, serão apresentadas, em síntese, a calendarização dessas sessões ora referenciadas.

TABELA 10- REUNIÕES INTERNAS

Mês	Dia	Horário	Objetivo Geral	Participantes				
jan	2	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
. <u>a</u>	22	09:00	Reunião geral	Staff				
fev	5	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
fe	6	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
mar	5	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
٤	6	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
abr	2	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
at	3	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
	2	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
mai	15	14:30	Briefing Campanha 70 anos DUDH	Staff				
_	18	09:30	Staff					
iun	4	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
ij	5	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
Ιυί	2	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
ų	3	09:30	Sessão de análise e discussão de denúncias	Equipa de denúncias				
ago	6	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
set	3	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
Se	20	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
von	5	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
u	6	09:30	Equipa de denúncias					
dez	3	09:30	Seguimento plano atividades e planificação mensal	Staff				
Ď	18	10:00	Reunião plano de atividades de 2019	Staff				

### 7.2. Novo Logotipo da CNDHC

Em 2018, a CNDHC passou a utilizar um novo logotipo. A alteração teve como objetivo refletir a missão, atribuições e âmbito de atuação da instituição. O novo *design* do logotipo retratar os valores da CNDHC, instituída em 2004, como a proteção (parte superior), a promoção (parte inferior), a vigilância e monitoramento (parte central) e reforço dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde.



Com a alteração do logotipo, procedeu-se à produção de outros materiais IEC da instituição, como cartões de visita e folheto institucional.



#### 7.3. Seminários Temáticos

Ao longo do ano de 2018, realizaram-se internamente alguns seminários temáticos, ministrados por elementos do conjunto de funcionários da CNDHC, tendo como principais objetivos a partilha e reforço dos conhecimentos do staff em diferentes temáticas relacionadas com as áreas de intervenção da instituição, como forma de impulsionar o alcance e eficácia das suas ações.

### 7.3.1. A Educação para os Direitos Humanos no Ensino Formal

Este seminário interno, realizado no dia 27 de fevereiro, com a participação dos funcionários da CNDHC, surgiu no seguimento da Formação Mista sobre a "Implementação da Educação para os Direitos Humanos (EDH)



nos Programa Oficiais", em Kigali (Ruanda), promovida pela Rede das Instituições Nacionais Africanas de Direitos Humanos (RINADH).



A sessão foi conduzida pela técnica da CNDHC, Marísia Nascimento, com o propósito de partilhar os conhecimentos adquiridos durante a referida formação, nomeadamente a importância do reforço das capacidades técnicas das Instituições Nacionais de Direitos Humanos, o seu impacto e eficácia, em torno da educação para os direitos humanos no sector formal de ensino, e o contributo na promoção, defesa e aplicação dos princípios de Direitos Humanos por todos.

#### 7.3.2. Tráfico Humano

No seguimento da participação do Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches, numa formação realizada na Cidade de Acra, Gana, pretendeu-se com este seminário interno, no dia 07 de março de 2018. Na sessão,



procedeu-se à partilha das informações e conhecimentos decorrentes da referida formação, nomeadamente, o monitoramento do tráfico de pessoas e técnicas de identificação das vítimas, com vista à prevenção e combate ao fenómeno.

O jurista procurou abordar conceitos-chave e desafios subjacentes a esta prática criminosa, que tem representado uma das mais flagrantes e graves violações de Direitos Humanos no mundo, a distinção entre os conceitos de tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes e o conjunto da legislação existente (internacional e nacional) sobre o tema.

#### 7.3.3. CEDAW



A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), e o respetivo Protocolo Facultativo estiveram em análise pelo *staff* da CNDHC, no dia 26 de março.



A sessão foi dirigida por Thelma Pereira e Ailton Silva, Juristas da CNDHC, que fizeram uma breve apresentação dos principais pontos dos documentos. No momento do debate, fez-se uma análise dos avanços e dos desafios que a sociedade cabo-verdiana ainda enfrenta no que se refere à implementação dos princípios da CEDAW, Convenção Internacional adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 1979 e ratificada por Cabo Verde em 1980, e o respetivo Protocolo Facultativo da Convenção, que veio reforçar o mecanismo de proteção dos direitos das mulheres, aprovado por Cabo Verde em 2010.

Este seminário interno aconteceu no seguimento das celebrações do Dia Internacional das Mulheres (08 de março) e do Dia da Mulher Cabo-Verdiana (27 de março).

#### 7.3.4. Apatridia e Direito a uma Nacionalidade

Este seminário interno conduzido pela técnica da CNDHC, Zoraida Fortes, no dia 26 de abril, reuniu o staff da Comissão para uma sessão de discussão e análise da questão da Apatridia e do Direito à Nacionalidade. Realizou-se no seguimento da formação realizada





em Saly, Senegal, para profissionais de países africanos lusófonos, promovida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

A técnica partilhou os conceitos relacionados com o direito à nacionalidade, prevenção e redução da apatridia, proteção das pessoas apátridas e a legislação existente na região da CEDEAO, com foco na erradicação desta problemática proveniente de uma lacuna jurídica, que impede cerca de 10 milhões de pessoas em todo o mundo de acederem a direitos básicos como a educação, saúde, emprego, liberdade de circulação, entre outros.

### 7.3.5. Elaboração dos relatórios de direitos humanos

Arlindo Sanches, Assessor Jurídico da CNDHC, conduziu um seminário interno, no dia 07 de junho, sobre a "Elaboração dos relatórios de direitos humanos".

Durante a sessão, foram analisados temas relacionados com os tratados internacionais, a sua ratificação e os compromissos assumidos daí decorrentes. Igualmente, abordou-se a necessidade de apresentação de relatórios e o objetivo da submissão dos mesmos, como também, a estrutura e exigências dos relatórios das INDH.

Antes do final da apresentação, aproveitou-se a oportunidade para fazer a análise e discussão dos próximos relatórios a serem apresentados pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania.

De ressalvar, que a realização desse seminário interno foi de importância vital uma vez que Cabo Verde é signatário de quase todas as Convenções internacionais de Direitos Humanos e a capacitação de recursos humanos que apoiam na elaboração e submissão de relatórios periódicos, sobre a implementação desses tratados no país, é essencial em todo o processo.



### 7.3.6. Comunicação e Direitos Humanos

No dia 21 de setembro, foi realizado o seminário interno "Comunicação e Direitos Humanos", conduzido pela Assessora de Comunicação da CNDHC, Ilda Fortes. A apresentação teve por base a realização de *Webinars*, enquadrados no Projeto "Promover os Direitos Humanos e Laborais através do SPG+", sobre temas diversos relacionados com a Comunicação em Direitos Humanos.

Durante a sessão, foi promovida uma reflexão sobre elementos e técnicas importantes que devem ser considerados nessa área, nomeadamente: a adaptação da mensagem aos diferentes públicos-alvo e localidades; a necessidade de se experimentar várias abordagens (testar as mensagens), de criar emoções positivas, de gerar empatia e de explorar o positivismo em torno dos objetivos que se pretendem atingir, principalmente no que se refere ao apelo à ação e à mudança de atitudes.

### 8. MISSÕES INTERNACIONAIS

#### 8.1. Formação no Gana sobre Tráfico de Pessoas

A CNDHC foi uma das entidades convidadas para representar Cabo Verde numa formação sobre o Tráfico de Pessoas, que decorreu de 19 a 23 de fevereiro no Centro Regional de Formação da África Ocidental, na Cidade de Acra, Gana.



A CNDHC esteve representada pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches, numa equipa constituída ainda por outras instituições nacionais nomeadamente: a



Procuradoria da República; a Magistratura Judicial, o Departamento de Estrangeiros e Fronteiras, a Direção Geral da Imigração e a Polícia Judiciária.

A formação teve como principais objetivos capacitar os funcionários responsáveis pela aplicação da lei no monitoramento e combate ao tráfico de pessoas, assim com avaliar as avanços e desafios nesta área a nível regional. Além disso, pretendeu-se reforçar o conhecimento sobre técnicas de identificação das vítimas de tráfico e as melhores práticas para trabalhar com elas.

De referir que o convite para a participação da CNDHC na formação foi formulado pela Embaixada dos Estados Unidos da América. Além de Cabo Verde, estiveram presentes representantes do Benim, Guiné-Bissau, Gana, Serra Leoa, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Togo e Senegal.

#### 8.2. Consulta regional de INDH no Senegal

A Presidente CNDHC, Zaida Morais de Freitas, participou na Consulta Regional de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) na África Ocidental. A atividade decorreu de 12 a 14 de abril de 2018, na Cidade de Dakar, Senegal.

A iniciativa teve como objetivo reforçar o papel global das INDH na promoção e proteção dos direitos humanos, colocando mais ênfase na paz e segurança,

proteção dos migrantes e perspetivas de género no trabalho INDH na África Ocidental.

A consulta incidiu em vários aspetos, nomeadamente: analisar os estatutos das INDH e da relação entre estas e órgãos dos Tratados de Direitos Humanos; formalizar a elaboração de um relatório anual conjunto de INDH na África Ocidental sobre a situação regional dos direitos humanos; e



incentivar as INDH a contribuir para o desenvolvimento de leis, políticas e práticas para proteger os direitos humanos, especialmente para aqueles em situação vulnerável. Além disso, foram abordados temas relacionados com a implementação dos Princípios do Paris, que definem os critérios de funcionamento das INDH.

O evento resultou de uma parceria entre o Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental (UNOWAS), a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Rede de Instituições Nacionais de Direitos Humanos da África Ocidental (RINADH).

### 8.3. Assinatura de Convénio sobre Direito Internacional Humanitário com o IIDH – Itália

A CNDHC assinou um Convénio de Cooperação com o Instituto Internacional de Direito Humanitário na Cidade de Sanremo, em Itália. O ato decorreu no âmbito da estadia da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas no IIDH, para uma formação no mês de maio.



O acordo define algumas áreas de cooperação entre as duas instituições, como por exemplo: a realização de eventos e programas académicos de capacitação; atividades culturais; projetos de investigação, extensão e assistência; o intercâmbio de experiências, serviços e informações; edição de publicações conjuntas e reforço de capacidades institucionais.

De referir que o IIHL é uma associação humanitária cujo principal objetivo é a promoção do Direito Internacional Humanitário, através da realização de cursos de ensino, treinamento e aperfeiçoamento, conferências e seminários,



bem como pesquisa e publicação de textos no domínio do Direito Internacional Humanitário, dos Direitos Humanos, do Direito dos Refugiados e de outros temas relacionados.

Recorde-se que a CNDHC tem como uma das suas atribuições a proteção e promoção do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde, funcionando também como órgão consultivo e de monitoramento das políticas públicas nesses domínios.

## 8.4. Participação em seminário francófono sobre Revisão Periódica Universal (UPR) no Senegal

A CNDHC participou no 5º Seminário Francófono sobre a Revisão Periódica Universal, que decorreu na Cidade de Dakar, Senegal, nos dias 25 e 26 de julho. A instituição esteve representada pela Presidente, Zaida Morais de



Freitas, e pela Técnica Marísia Nascimento.

Organizado pela Organização Internacional da Francofonia (OIF) e pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o seminário teve como principais objetivos examinar as boas práticas de monitoramento e avaliação das recomendações do UPR, e as estratégias para envolver os parlamentares, as instituições nacionais de direitos humanos e as organizações da sociedade civil nesse processo.

Entre os participantes estiveram representantes dos vários Estados-Membros da Francofonia, de instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e instituições internacionais e regionais ligadas aos direitos humanos.



Refira-se que a Revisão Periódica Universal (UPR) foi criada a 15 de março de 2006 pela da Assembleia Geral da ONU. Consiste em rever as realizações de todos os Estados membros da ONU no campo dos direitos humanos, sob os auspícios do Conselho de Direitos Humanos. Recorde-se que, em maio de 2018, Cabo Verde foi submetido a uma revisão pelo Conselho de Direitos Humanos.

## 8.5. Participação na comitiva nacional sobre abuso sexual de menores e género em missão aos Estados Unidos da América

Α CNDHC, representada pelo Assessor Jurídico Arlindo Sanches, integrou uma comitiva que participou num programa de intercâmbio nos Estados Unidos da América sobre abuso sexual menores e violência baseada no género.



"Luta contra a Violência Sexual de Crianças e VBG" e "Empoderamento das comunidades na Luta contra Violência Doméstica e Abuso sexual" foram os títulos dos intercâmbios.

De 15 a 26 de julho, foram realizados vários encontros com instituições e personalidades norte-americanas que lidam com as temáticas, com o objetivo de conhecer as experiências e práticas com vista à melhoria da situação em Cabo Verde. O programa teve como principais focos a análise e exploração de aspetos como: campanhas de sensibilização públicas direcionadas à violência sexual e com base no género; as leis, conhecimentos e normas relacionadas com a resposta da sociedade à VBG; a deteção e tratamento de



vítimas de tráfico e abusos; o desenvolvimento e gestão da prisão preventiva e tratamento de agressores, entre outros.

A equipa integrou personalidades nacionais cabo-verdianas, entre ativistas sociais e responsáveis de várias instituições, que lidam, cada uma nos respetivos ambientes de trabalho, com a problemática da Luta Contra a Violência Sexual de Crianças e VBG.

# 8.6. Seminário Lusófono sobre Direito Internacional Humanitário em Portugal

À margem do seminário lusófono sobre Direito Internacional Humanitário (DIH) na Cidade de Lisboa, Portugal, a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, participou num encontro com o Embaixador de Cabo Verde no país, Eurico Monteiro. O encontro contou



ainda com as presenças do Presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde, Arlindo Carvalho, e representantes do Ministério da Justiça e Trabalho e da Universidade de Cabo Verde (UNICV).

Durante a reunião, fez-se referência ao II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, que prevê ações concretas no que se refere do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde. Referiu-se, por exemplo, a criação do Departamento de DIH na CNDHC e de uma série de ações a serem implementadas.



## 8.7. Participação em Consulta Regional sobre Redução de Riscos com HIV/Tuberculose no Senegal

A técnica da CNDHC, Marísia Nascimento, integrou a equipa de Cabo Verde que participou numa consulta regional sobre redução de riscos de contaminação por HIV e Tuberculose em consumidores de drogas injetáveis. A comitiva de Cabo Verde integrou ainda representantes da Plataforma das ONG's; Verdefam; Ministério da Saúde e Segurança Social; Parlamento e Polícia Nacional.

A atividade, que decorreu na Cidade de Dakar, Senegal, de 9 a 13 de setembro, foi promovida pela Aliança Nacional para as Comunidades em Saúde (ANCS) e contou com a participação de autoridades governamentais, parlamentares, sociedade civil e outras instituições de países da sub-região.

O objetivo era preparar uma Declaração de Engajamento dos 5 países da África Ocidental sobre a redução de riscos (RdR) junto dos consumidores de drogas injetáveis. O encontro teve ainda como propósito socializar um Guia de Orientação sobre a RdR, elaborado no âmbito do programa PARECO (Programa Regional de Redução de Riscos de VIH/Tuberculose). De referir que a CNDHC integra a Task Force de seguimento da implementação do programa em Cabo Verde.

### 8.8. Encontro com Comité DESC das Nações Unidas na Suíça

A CNDHC reuniu-se, no dia 4 de outubro, com o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas, em Genebra,



Suíça. A Presidente, Zaida Morais de Freitas, e o Assessor Jurídico, Arlindo Sanches, foram recebidos pela Presidente do Comité, Virgínia Gomes.

O encontro decorreu no âmbito da sessão de avaliação de Cabo Verde na 64ª Sessão do Comité (DESC), sobre a



implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) no país.

O principal objetivo foi esclarecer e concertar alguns aspetos do relatório do Governo e auscultar as preocupações da CNDHC em relação aos direitos económicos, sociais e culturais em Cabo Verde.

A reunião decorreu antes da sessão com o Governo de Cabo Verde, que esteve representado pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis. Recorde-se que, no dia anterior, a CNDHC apresentou ao Comité o seu relatório sobre a implementação do PIDESC no país.

#### 8.9. Participação na sessão do Comité DESC da ONU na Suíça

A CNDHC participou, no dia 1 de outubro, na sessão de avaliação de Cabo Verde sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

A avaliação de Cabo Verde decorreu no âmbito da 64ª Sessão do Comité



dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas, em



Genebra, Suíça. A CNDHC esteve representada pela Presidente, Zaida Morais de Freitas, e pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches.

Durante a sessão, a CNDHC foi ouvida enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH), apresentando o seu relatório sobre a implementação do PIDESC em Cabo Verde. O documento foi elaborado com a colaboração de um Grupo de Trabalho de Comissários, constituído para o efeito.

Além disso, foi apresentada a visão de um grupo de 5 ONG's (OMCV, APIMUD, ACLVBG, ACRIDES e SLTSA), que terão enviado o seu relatório-sombra. Estas participaram através de videoconferência, a partir da sede do Sistema das Nações Unidas na Cidade da Praia.

O Governo de Cabo Verde, no dia 4 de outubro, representado pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis, apresentou o relatório do Estado sobre a implementação do PIDESC. Refira-se que Cabo Verde ratificou o PIDESC em 1993, tendo apresentado o relatório inicial em março de 2017.

### 8.10. Encontro com GAHNRI para preparar acreditação internacional na Suíça

A Presidente CNDHC, Zaida Morais de Freitas, aproveitou a estadia em Genebra, Suíça, para reunir-se com a Aliança Global para as Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI). O objetivo do encontro foi manifestar a intenção da CNDHC, enquanto instituição nacional de direitos humanos em Cabo Verde, de submeter o processo de acreditação junto daquela entidade internacional.



Recebidos por Katharina Rose, representante da entidade em Genebra, Zaida Morais de Freitas e Arlindo Sanches, solicitaram esclarecimentos sobre o funcionamento do processo e sobre os requisitos para a acreditação.

Criada em 1993, a GANHRI é uma associação internacional de instituições nacionais de direitos humanos (INDH), que tem como principal objetivo reforçar essas instituições para que estejam de acordo com os Princípios de Paris das Nações Unidas. Esses estabelecem os critérios mínimos para que as INDH possam ser credenciadas na GANHRI, como: mandatos amplos que incluem a proteção e promoção dos direitos humanos; autonomia do governo; independência garantida por estatuto ou Constituição; pluralismo; recursos adequados; e poderes adequados de investigação.

### 8.11. Visita de cortesia à Embaixada de Cabo Verde na Suíça

No final da estadia na Cidade de Genebra, Suíça, a Presidente e o Assessor Jurídico da CNDHC realizaram uma visita de cortesia à Embaixada de Cabo Verde naquele país.

Zaida Morais de Freitas e Arlindo Sanches conheceram as instalações e reuniram-se com a Embaixadora permanente de Cabo Verde em Genebra, Maria de Jesus Veiga Miranda, com o objetivo de estreitar os laços e melhorar a comunicação entre as duas entidades.



O encontro teve ainda como propósito auscultar a Embaixada sobre a situação dos imigrantes cabo-verdianos na Suíça. Além disso, foram entregues exemplares do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a



Cidadania, que inclui ações para os imigrantes. No final, as duas entidades mostraram-se empenhadas em reforçar a comunicação, sobretudo no que se refere à articulação com os organismos internacionais de direitos humanos sedeados em Genebra.

Recorde-se que a equipa da CNDHC esteve na Cidade no âmbito da participação na 64ª Sessão do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas, durante a qual Cabo Verde foi avaliado no que se refere à implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Durante a deslocação, foram ainda realizados encontros com várias instituições internacionais ligadas aos direitos humanos.

#### 8.12. Encontro com Centro de Direitos Civis e Políticos na Suíça

No âmbito da estadia em Genebra, Suíça, a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e o Assessor Jurídico, Arlindo Sanches, foram recebidos pelo Diretor do Centro de Direitos Civis e Políticos, Patrick Mutzenberg.

Estabelecer parcerias relativamente à elaboração de relatórios das convenções internacionais de direitos humanos, ao seguimento das recomendações e à divulgação das mesmas foram alguns dos tópicos abordados.



Recorde-se que Cabo Verde ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos em 1993 e em 2017 apresentou o primeiro relatório sobre a implementação do documento no país.



## 8.13. Encontro com Subcomité da Prevenção da Tortura das Nações Unidas na Suíça

No dia 1 de outubro, a equipa da CNDHC que se deslocou a Genebra, Suíça, reuniu-se com o Subcomité da Prevenção da Tortura (SPT) das Nações Unidas. A Presidente Zaida Morais de Freitas e o Assessor Jurídico, Arlindo Sanches, foram recebidos por João Nataf e Mariya Stoyanova.



Durante o encontro, a CNDHC informou que a instituição foi designada como o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura em Cabo Verde. Neste sentido, o encontro teve como objetivo essencial definir os procedimentos para a articulação entre a CNDHC e o SPT. Além disso, foi abordada a possibilidade da realização de uma visita da SPT a Cabo Verde, de ações de formação, entre outros.

Recorde-se que a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes é uma das convenções internacionais de direitos humanos ratificadas por Cabo Verde em 1992.

### 8.14. Encontro com núcleo regional da Associação para a Prevenção da Tortura na Suíça



A equipa da CNDHC que esteve em Genebra, Suíça, aproveitou para reunir-se com membros da Associação para a Prevenção da Tortura.



A Presidente, Zaida Morais de Freitas, e o Assessor Jurídico, Arlindo Sanches,

foram recebidos pelo responsável pelo Programa de África, Jean-Baptiste Niyizurugero, e pela Diretora dos Programas Regionais, Audrey Olivier Muralt.

Durante o encontro, falou-se dos constrangimentos enfrentados pelas instituições de prevenção da tortura em África. Além disso, foram avaliadas as possibilidades de cooperação para que a CNDHC assuma da melhor forma o seu papel enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura.

Recorde-se que, no dia 13 de setembro, através da Resolução nº 98 / 2018 do Conselho de Ministros, a CNDHC foi designada como o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura em Cabo Verde.

## 8.15. Participação em seminário da CPLP sobre Direito Internacional Humanitário em Portugal

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, participou de 9 a 12 de outubro de 2018, numa formação sobre Direito Internacional Humanitário (DIH) na Cidade de Lisboa, Portugal.





A ação foi promovida pelo Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em parceria com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e o Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha de Língua Portuguesa.

A conduta das hostilidades, as tendências atuais, como as novas tecnologias e armas, a proteção de pessoas em conflitos armados, a detenção e internamento, o papel do CICV e do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho foram alguns dos tópicos abordados.

### 8.16. Participação em Conferência Internacional sobre Direitos Humanos na

Guiné-Bissau

A convite da Comissão Nacional para os Direitos Humanos da República da Guiné-Bissau, a CNDHC, participou, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2018, na Iª Conferência Internacional sobre Direitos Humanos na Cidade de



Bissau, sob o lema "Refletir sobre os Valores Consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos".

A CNDHC esteve representada pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches, que fez uma apresentação sobre os desafios e a experiência da instituição em matéria de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.

Durante a explanação, foram apresentadas as atribuições e a composição da instituição, e foram elencadas algumas atividades e ações levadas a cabo para materializar estas atribuições, assim como os ganhos e desafios. Além disso, foram divulgadas as publicações e o material audiovisual produzido



pela CNDHC. No final, os participantes e os organizadores da conferência elogiaram o trabalho da CNDHC e mostraram-se interessados em continuar a contar com a colaboração da instituição, atendendo à sua experiência em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos.

Arlindo Sanches aproveitou a estadia na Guiné-Bissau para conhecer melhor a realidade do país na área, tendo-se reunido com algumas autoridades, nomeadamente a Comissão de Direitos Humanos da Guiné-Bissau, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos e a Coalizão Guineense das Organizações da Sociedade Civil para os Direitos das Crianças.

### 8.17. Participação em encontro da rede de instituições de Direitos Humanos da CPLP em Portugal

Reforçar a cooperação para resolver as queixas dos cidadãos é uma das principais metas da Rede de Provedores de Justiça, Comissões Nacionais de Direitos Humanos e demais Instituições de Direitos Humanos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Rede CPLP de Direitos Humanos).



Esta foi uma das principais decisões saídas do encontro que decorreu no dia 13 de dezembro em Lisboa, Portugal, no âmbito das comemorações do 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No encontro, foi decidido, entre outros, dinamizar a Rede e consolidar em cada instituição nacional de Direitos Humanos pontos focais de contacto destinados a garantir a troca de informações, sobretudo em casos de queixas



de cidadãos que envolvam duas ou mais jurisdições do espaço da Comunidade Portuguesa de Países de Língua Portuguesa. No final da reunião, foi emitido um comunicado conjunto.

## 8.18. Participação na comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Portugal

A convite da Provedoria de Justiça de Portugal, no dia 12 de dezembro, a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, apresentou uma comunicação na mesa redonda alusiva ao tema "A Proteção Efetiva: que Direitos?", integrada na conferência "Livres e Iguais".

A atividade, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, Cidade de Lisboa, contou com a participação de representantes de Instituições Nacionais de Direitos Humanos de todos os Estadosmembros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A



conferência foi encerrada pela Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira.

#### 9. ATIVIDADES COM PARCEIROS



### 9.1. Parceria com organização internacional Unidos pelos Direitos Humanos (UDH)

A CNDHC recebeu, a 22 de janeiro, uma equipa da Unidos pelos Direitos Humanos (UDH), uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada à divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos a nível local, regional, nacional e internacional. Tem como propósito disponibilizar recursos e atividades



educacionais que informam, apoiam e unem os indivíduos, educadores, organizações e organismos governamentais na difusão e adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em todos os níveis da sociedade. A Youth for Human Rights é uma das campanhas mais conhecidas da organização. No encontro, foram acertadas algumas atividades a serem realizadas durante a estadia da equipa em Cabo Verde.

Carolina Rueda Lujan e Analu Ordorica, voluntárias da UDH, foram recebidas pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas e pelos técnicos Arlindo Sanches, Ilda Fortes e Marísia Nascimento. Durante o encontro, foram exploradas possibilidades de cooperação e concertadas algumas atividades a realizar durante a estadia da equipa em Cabo Verde, nomeadamente de encontros com autoridades e palestras em escolas.

A convite da CNDHC, a missão da equipa da UDH a Cabo Verde, que decorreu de 22 de Janeiro a 4 de Fevereiro, teve como principal objetivo estabelecer parcerias com a CNDHC e com outras entidades nacionais com vista à promoção da educação para os direitos humanos nos vários níveis de ensino e em setores específicos, como as forças de segurança.



Com esta parceria, a CNDHC teve por objetivo reforçar as suas competências para a implementação do II Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania, que inclui diretrizes relacionadas com a criação de uma estratégia nacional de educação para os direitos humanos a nível do sistema formal de ensino e das forças de segurança (militares, polícia, etc.).

TABELA 11- SESSÕES REALIZADAS COM A UDH:

No	DATA	TEMA	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
1	25/01/18	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Auditório do edifício do Estado Maior das Forças Armadas	Oficiais, Sargentos, Praças e Pessoal Civil
				das Forças Armadas
	26/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E. S. Achada Grande (Achada Grande Frente)	51 alunos
	29/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E. S. Abílio Duarte ( Palmarejo)	28 alunos
	31/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Sala de Reuniões da CNDHC	Comissários CNDHC
	31/01/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E.S. Conégo Jacinto Peregrino da Costa ( Várzea da Companhia)	39 alunos
	01/02/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E. S. Alfredo da Cruz Silva (Santa Cruz)	96 alunos do 7ª ao 12º ano
	02/02/18	Direitos Humanos, História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	E.S. Olegário Tavares (Achada Monte- São Miguel)	41 alunos do 11º e 12º ano
	03/02/18	História e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Sede do Movimento Jovens pela Paz	Membros do Movimento JxP







### 9.2. Participação da CNDHC em Feira Inclusiva promovida pelo Ministério da Família e Inclusão Social

A CNDHC participou na Feira Inclusiva, com a divulgação dos serviços prestados pela instituição e distribuição das várias publicações, da Série Documentos DH e os Cadernos de Cidadania. O evento, que decorreu nos dias 20 e 21 de junho, foi promovido pelo Ministério da Família e Inclusão Social.



A Feira contou com sessões de esclarecimento e apresentação de trabalhos na área de inclusão social, e diversas instituições governamentais e não governamentais estiveram representadas. A iniciativa decorreu em paralelo com o Simpósio Nacional da Família e Inclusão Social, realizada sob o lema "Família no Centro do Desenvolvimento Sustentável do país".

### 9.3. Participação no IV Congresso de Psicanálise da Língua Portuguesa

Sob o lema Rotas da Escravidão, o evento decorreu de 15 a 17 de Novembro, na Cidade do Mindelo, São Vicente. Contou com a parceria da CNDHC, e foi promovido por uma série de entidades, nomeadamente a Sociedade Portuguesa de Psicanálise, a Federação Brasileira de Psicanálise e a Associação de Psicólogos de Cabo Verde.

O congresso reuniu na cidade mais de 100 psicanalistas, psicólogos, escritores e profissionais de outras áreas de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, e visou proporcionar uma reflexão conjunta com o fito de se analisar as consequências socioculturais e psicológicas do sistema colonial português, que perdurou por séculos.



### 9.4. Participação no Workshop Regional sobre Revisão Periódica Universal e ODS 16 + Discussão Técnica sobre Inclusão e Direitos Humanos

O evento decorreu na Cidade da Praia, de 28 a 30 de Novembro. Foi promovido pela CPLP, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Aliança Global, Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde. A CNDHC fez uma comunicação no evento, através do Assessor Jurídico, Arlindo Sanches.

### 9.5. Participação em Feira Inclusiva – em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

A CNDHC participou de 29 de novembro a 3 de dezembro na Feira Inclusiva em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, assinalado a 3 de dezembro.

A atividade decorreu na Praça Alexandre Albuquerque, onde as instituições governamentais e as associações de pessoas com deficiência apresentaram os seus trabalhos artísticos e as informações relativas sobre as suas atividades. O objetivo foi divulgar e dar visibilidade às políticas e medidas implementadas pelo Governo, em matéria de inclusão e integração de pessoas com deficiência em Cabo Verde, e também, chamar a atenção da sociedade Cabo-verdiana para a problemática da inclusão das Pessoas com Deficiência e os desafios que essas enfrentam.

#### 9.6. Encontros com parceiros



A CNDHC anualmente realiza encontros de parceria cujo objetivo é estimular e reforçar a cooperação com as instituições nacionais e internacionais sedeadas em Cabo Verde, pelo que se seguem alguns encontros realizados:

TABELA 12 - ENCONTROS COM PARCEIROS

Nº	Data	Instituição
1	16/01/2018	Encontro com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
2	17/01/2018	Encontro com Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social
3	24/01/2018	Encontro com as Forças Armadas
4	25/01/2018	Encontro com o Diretor Nacional e Diretora de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
5	26/01/18	Encontro com a Ministra da Educação
6	29/01/18	Encontro com Ministro Administração Interna
7	31/01/2018	Encontro com a Polícia Nacional, Comandos Operacionais
8	01/02/2018	Encontro de Trabalho com o Primeiro Ministro
9	12/02/2018	Encontro com Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva - Santa Cruz
10	15/02/2018	Encontro com Aldeias Infantis SOS Cabo Verde
11	21/02/2018	Encontro com Representante da Embaixadora Suíça
12	28/02/2018	Encontro com Presidente da Câmara Municipal do Maio
13	28/02/2018	Encontro com Coordenador da Unidade do ICCA na ilha do Maio
14	2/03/2018	Encontro com Delegada do Ministério da Educação na ilha do Maio



		The state of the s
15	14/03/2018	Encontro com Comissão Diocesana Justiça e Paz
16	15/03/2018	Encontro com Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente
17	27/03/2018	Encontro com Handicap Internacional
18	21/03/2018	Encontro com o Presidente substituto da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago
19	12/04/2018	Encontro com a Associação Colmeia
20	19/04/2018	Encontro com a Plataforma das ONG's
21	7/05/2018	Encontro com Coalização Cabo-verdiana dos Direitos das Crianças
22	07/06/2018	Encontro com Sr. Matthieu Kimmel da Embaixada do Canadá
23	19/06/2018	Participação no encontro das Organizações da Sociedade Civil com a Missão Regional de Mulheres, Jovens, Paz e Segurança organizada pela ONU Mulheres
24	10/07/2018	Encontro com Forças Armadas
25	01/08/2018	Encontro com uma Delegação do Governo da Guiné Bissau, no âmbito da Visita às Instituições cabo-verdianas para recolha de contributos para a reforma da justiça
26	06/08/2018	Encontro com o Presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial (CSMJ)
27	07/08/2018	Encontro com a Representante do Sistema Nações Unidas em Cabo Verde
28	18/09/2018	Encontro com Direção Nacional da Educação
29	25/09/2018	Encontro com Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau
30	25/09/2018	Encontro com Comité Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Tarrafal de São Nicolau
31	26/09/2018	Encontro com Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava de São Nicolau
32	27/09/2018	Reunião com ECPAT Brasil (Sra. Maria America Hungaretti)
33	15/10/2018	Encontro com Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado
34	18/10/2018	Encontro com a AJOC
35	24/10/2018	Encontro com Presidente da Câmara Municipal de São Domingos
36	29/10/2018	Encontro com o Cônsul da Embaixada de Portugal

### 10.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



### 10.1. Orçamento

O presente relatório pretende apresentar de forma sucinta a situação da execução financeira da CNDHC relativa ao ano de 2018.

O orçamento da CNDHC é financiado pelo Tesouro no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) e tem enquadramento no Subprograma "Direitos Humanos e Garantia do Acesso à Justiça e ao Direito" do Programa do Governo "Promoção da Defesa do Interesse Coletivo".

A dotação do orçamento para 2018 foi de 20 818 073 CVE, dotação que se alterou ligeiramente em relação ao ano precedente.

O Gráfico I, seguinte, apresenta a proposta do orçamento para 2018 por grandes rúbricas.

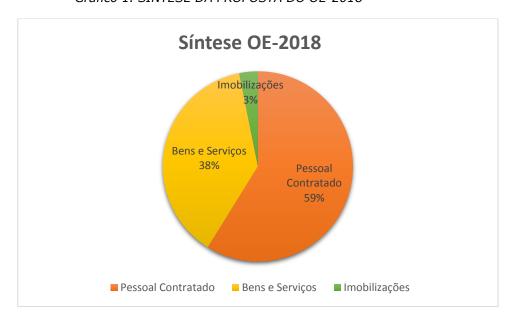


Gráfico 1. SÍNTESE DA PROPOSTA DO OE-2018

A performance de execução financeira alcançada em 2018 foi de 79,31%.

### 10.2.Execução Financeira



### 10.2.1.Exercício de 2018

A proposta do orçamento da CNDHC para 2018 foi de 20 818 073 CVE

A Tabela 13, seguinte, define resumidamente as principais rúbricas económicas e a sua utilidade no financiamento das despesas correntes da CNDHC.

TABELA 13 - PROPOSTA DO OE-2018 DETALHADO POR RUBRICA

DESPESA	DESCRIÇÃO					
02.01.01.01.03 - Pessoal Contratado	Engloba as remunerações de indivíduos providos por contrato. Compreende remunerações de trabalhadores ou firmas independentes a ser contratado a prazo para desenvolvimento de tarefas específicas.					
02.01.01.02.02 – subsídios permanentes	Engloba apenas os subsídios criados por lei e cujos quantitativos estejam legalmente fixados e sejam devidos regularmente.					
02.01.01.02.04 – Gratificações Eventuais	Incluem os abonos auferidos a título de gratificações, criadas por lei, e cuja efetivação esteja condicionada à quantidade de serviço ou à verificação de determinados requisitos inerentes ao mesmo, como por exemplo, as senhas de presença.					
02.01.01.02.07 - Formação	Incluem os encargos efetuados com a frequência d ações de formação de funcionários, apenas na part respeitante ao custo da ação de formação.					
02.01.02.01.01 – Contribuições para a Segurança Social	Engloba as despesas de encargos que o Estado paga como entidade patronal, nomeadamente com saúde, pensões, abonos de família, quotizações para a previdência social e outros encargos de segurança social e que são suportados com o agente servidor, nos termos da lei.					
02.02.01.01.02 - Combustíveis e Lubrificantes	Engloba combustíveis e lubrificantes para o veículo automóvel destinado a realização das atividades da Comissão.					
02.02.01.00.05 - Material de Escritório	Engloba as despesas com a aquisição de materiais de consumo corrente de secretaria, nomeadamente papeis, impressos, tintas para fotocopiadoras e impressoras, CD's, canetas, lápis etc.					



02.02.02.00.01 - Rendas e Alugueres	Inclui as despesas relativas a renda de terrenos e edifícios e ao aluguer de equipamentos, que tenham por suporte a figura jurídica de contrato de locação, não se incluindo as rendas de bens em regime de locação financeira, mas sim as de bens em regime de locação operacional.
02.02.02.00.03 - Comunicações	Engloba as despesas com a comunicação, nomeadamente, por telefone, Internet, correios etc.
02.02.02.00.06 – Energia elétrica	Engloba as despesas com o consumo de eletricidade.
02.08.01 - Seguros	Seguro obrigatório automóvel
02.02.01.01.03 - Material de Limpeza, Higiene e Conforto	Constitui encargos com produtos de limpeza, higiene e conforto nas instalações da CNDHC.
02.02.02.00.09 - Deslocações e estadias	Engloba as despesas com a alimentação, alojamento e transporte, nomeadamente, aquisição de bilhetes de passagem, ajudas de custo, despesas com concessão de vistos e outras relacionadas com as viagens e deslocações previstas na lei. Nas viagens é considerado o itinerário mais curto e económico. As ajudas de custo são previstas e atribuídas dentro dos limites estabelecidos na respetiva lei em vigor.
02.02.02.09.09 - Outros serviços	Outros fornecimentos e serviços prestados por empresas e entidades externas não enquadráveis nas rubricas anteriores
02.06.02.01.01 – Quotas a Organismos Internacionais Correntes	Estão incluídas transferências para organismos internacionais, pelo que nesta classificação dever-se-ão incluir as despesas com essas mesmas transferências e que estão assumidas durante o exercício económico.
02.02.02.00.02 – Conservação e Reparação de bens	Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.
02.02.02.00.07 - Publicidade e Propaganda	Engloba as despesas com a aquisição de serviços de publicidade e propaganda, como spots, anúncios nos órgãos de comunicação social, boletins informativos, brochuras publicitárias e outros meios para publicitar e informar o público sobre as atividades da Administração.
02.02.01.09.09 - Outros Bens	Inclui todos os bens que, pela sua natureza, não se enquadram em qualquer das antecedentes,



	considerando-se ainda os encargos com a aquisição de rações para animais que não sejam para abate.
02.02.02.00.08 - Representação dos Serviços	Incluem-se as despesas determinadas por necessidades acidentais de representação dos organismos, com exclusão das despesas de representação para o exercício de determinados cargos oficiais, que assumem a natureza de despesas com pessoal.
02.02.01.00.09 - Material de transporte - peças	Engloba as despesas com aquisição de material diverso que sirva para efetuar a conservação e reparações em equipamentos e máquinas.
03.01.01.02.03 Equipamentos administrativos, sociais e mobiliários diversos	Abarca as despesas com aquisição de equipamentos administrativos, social e mobiliário diverso.

A Tabela 14 seguinte elucida o resumo da execução financeira referente ao ano de 2018, por categoria.

Tabela 14 - EXECUÇÃO DO OE-2018

			Alter	ações				
Rubrica	Despesas	Dotação Inicial	+		Corrigidas	Cativos por lei	Realizadas	Saldo
FSA: 40.10.15.18 - CNDHC								
02.01.01.01.03	Pessoal Contratado	12 249 183,00	0,00	0,00	12 249 183,00	0,00	9 203 400,00	3 045 783,00
02.01.01.02.02	Subisídios Permanentes	840 000,00	0,00	0,00	840 000,00	0,00	840 000,00	0,00
02.01.01.02.04	Gratificações Eventuais	540 000,00	0,00	225 000,00	315 000,00	0,00	315 000,00	0,00
02.01.01.02.07	Formação	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00	20 000,00	180 000,00	20 000,00
02.01.02.01.01	Contribuições para a Segurança social	1 837 377,00	0,00	0,00	1 837 377,00	0,00	1 380 504,00	456 873,00
02.02 - Aquisições de bens e serviços								
02.02.01.00.05	Material de Escritório	200 000,00	80 000,00	0,00	280 000,00	28 000,00	250 899,00	1 101,00
02.02.01.00.09	Material de Transporte - Peças	36 000,00	0,00	0,00	36 000,00	3 600,00	30 000,00	2 400,00
02.02.01.01.02	Combustíveis E Lubrificantes	400 000,00	0,00	0,00	400 000,00	40 000,00	280 000,00	80 000,00
02.02.01.01.03	Material de Limpeza, Higiéne e Confor	60 000,00	0,00	30 000,00	30 000,00	3 000,00	27 000,00	0,00
02.02.01.09.09	Outros Bens	50 000,00	0,00	10 000,00	40 000,00	4 000,00	35 630,00	370,00
02.02.02.00.01	Rendas E Alugueres	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.02.02.00.02	Conservação E Reparação de Bens	350 000,00	0,00	75 000,00	275 000,00	27 500,00	219 497,00	28 003,00
02.02.02.00.03	Comunicações	425 000,00	80 000,00	0,00	505 000,00	50 500,00	453 742,00	758,00
02.02.02.00.05	Água	150 000,00	0,00	0,00	150 000,00	15 000,00	133 930,00	1 070,00
02.02.02.00.06	Energia elétrica	350 000,00	0,00	88 000,00	262 000,00	26 200,00	206 737,00	29 063,00
02.02.02.00.07	Publicidade e Propaganda	0,00	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00	148 753,00	1 247,00
02.02.02.00.08	Representação dos serviços	0,00	40 000,00	0,00	40 000,00	0,00	9 280,00	30 720,00
02.02.02.00.09	Deslocações E Estadas	691 600,00	100 000,00	0,00	791 600,00	79 160,00	654 508,00	57 932,00
02.02.02.01.00	Vigilância E Segurança	258 833,00	0,00	0,00	258 833,00	0,00	237 259,00	21 574,00
02.02.02.01.03.01	Assistência técnica - Residentes	200 000,00	0,00	196 000,00	4 000,00	400,00	0,00	3 600,00
02.02.02.09.09	Outros Serviços	200 000,00	120 000,00	0,00	320 000,00	32 000,00	287 561,00	439,00
02.08 - Outras Despesas								0,00
02.08.01	Seguros	40 000,00	0,00	0,00	40 000,00	0,00	39 741,00	259,00
02.06.02.01.01	Quotas a Organismos Internacionais	983 080,00	55 066,00	0,00	1 038 146,00	103 815,00	934 331,00	0,00
03.01 - Ativos Não Financeiros								0,00
03.01.01.02.03.01	Equipamento Administrativo - Aquisiçõ	657 000,00	98 934,00	0,00	755 934,00	75 593,40	642 834,00	37 507,00
Total Geral		20 818 073,00	724 000,00	724 000,00	20 818 073,00	508 768,40	16 510 606,00	3 818 699,00

Foram mantidos cativos pelo Ministério das Finanças, 10% (dez por cento) do total das dotações orçamentais do Orçamento de Funcionamento nos agrupamentos económicos relativos à aquisição de bens e serviços e ativos



não financeiros (equipamento administrativo), exceto as verbas destinadas aos serviços de Vigilância e Segurança, Rendas e Alugueres e Seguros, conforme o artigo 3º do Decreto-Lei de execução orçamental para 2018.

Assim sendo, o total do montante cativo ascendeu aos 508.768 CVE. Neste sentido, procedeu-se à realocação dos montantes de algumas rubricas, para fazer face aos compromissos assumidos.

O saldo da rúbrica "Pessoal Contratado" inclui o montante previsto para efeito de pagamento dos ordenados e salários de 2 (dois) Técnicos e 1 (um) Motorista.

A CNHDC conta atualmente com um motorista cedido pelo Ministério da Justiça e Trabalho.

Para 2018, a CNDHC previu verba para a contratação de dois técnicos. Por questões diversas, não foi possível efetivar as contratações, pelo que este fato teve também impacto no saldo da Rúbrica Contribuições para a Segurança Social.

#### 11. CONCLUSÃO

Durante o ano de 2018, a CNDHC realizou diversas atividades, no âmbito das suas atribuições. Parte dessas atividades faziam parte do Plano de Atividades, mas muitas foram surgindo ao longo do ano, a partir de convites dos parceiros da instituição ou de necessidades entretanto identificadas pela instituição.

Neste contexto, tentou-se cumprir e dar resposta às demandas, mas nem sempre foi possível concretizar tudo o que se pretendia. Isso motivado, em parte, pelos constrangimentos relacionados com os recursos humanos e financeiros necessários.



Não obstante, 2018 foi um ano de grandes realizações para a CNDHC, nomeadamente no que se refere a um exercício mais efetivo de determinadas atribuições, a um reforço da presença da instituição a nível nacional e da melhoria da articulação e participação em eventos a nível internacional.

Assim, com a experiência adquirida durante esse ano, espera-se poder projetar o plano de atividades para 2019, com vista a consolidar a CNDHC como uma efetiva instituição nacional de direitos humanos, reconhecida a nível nacional e internacional.

### **ANEXO**



### COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

### **PLANO DE ATIVIDADES DA CNDHC 2018**

### Coordenação geral: Zaida Morais de Freitas e Arlindo Sanches

### AÇÃO/MEDIDA I: EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Coordenação: Ilda Fortes e Marísia Nascimento

				ram	3														
Objetivos Atividades		Tri	imestr		Trimestr		Tr	Trimestr		Trimestr			Resultados e indicadores		Financiador/	Execução		Pont o de	Realizado (%)
	principais	e1	1		e 2		e S	e 3		e 4					Orçamento				
		J	F	М	Α	M	J	Α	S	0 1	N D	D	Resultados Indicadores	Indicadores de		Respons	Parceiros	Situa	
														atividade		ável		ção	
1. Promover	1.1 Realização de encontros,												a) Princípios e valores	a) № de ações	NU	MN	ME / DNE		
a transmissão	workshops e oficinas sobre Direitos												de Direitos Humanos e	realizadas;		ZF	E. Secundárias		
de	Humanos e Cidadania (escolas e												Cidadania disseminados		CNDHC				
conheciment	outras instituições);												por todos os níveis /	b) № de participantes;			E.B.O		
os e práticas	1.2 Formação de professores no âmbito												ciclos de ensino e						
de Educação	de metodologia de ensino de DH												comunidades;	c) Nível de participação;			E. Superior		
para os DHC	nas escolas;																		
em todos os	1.3 Cingir-se também na educação												b) Cultura pela paz	d) Nº de cartilhas					
níveis de	pelos pares aos alunos do ensino												difundida;	distribuídas					
educação,	secundário (articular com os																		
comunidades	espaços de informação e												c) Publicações da						
e instituições	orientação);												CNDHC melhor						
													conhecidas;						
	1.4 1.2. Realização de atividades de																		
	_															IF			
	sensibilização nas comunidades															ZMF			
	(envolver os pais e encarregados de															ZIVIF			
	educação nas campanhas de																		



### COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

sensibilização em articulação com													
as escolas)													
1.3 Socialização das publicações da													
CNDHC													
CHETTE													
1.4 Construção da Árvore dos Direitos													
Humanos													
1.5. Realização de ciclo de encontros de							a) Adolescentes do	a) № de ações	CNDHC		CSOP/DGSPRS		
reflexão e atividades lúdicas no Centro							centro informados e	realizadas;					
Socioeducativo Orlando Pantera							sensibilizados sobre os						
30cloeddcativo Oriando Pantera													
							valores dos Direitos	b) Nº de participantes;					
							Humanos e práticas de						
							Cidadania.	c) Nível de participação;					
							Ciuduailia.	c) wwer de participação,					
								d) № de cartilhas					
								distribuídas.					
	_	$\vdash$	 	+	-	$\vdash$							
1.6. Realização de ciclo de encontros de							a) Alunos mais	a) № de ações	CNDHC	ZF	AEIG-CV		
reflexão com os alunos do curso de							informados e	realizadas;			DGI - MFIS		
alfabetização de imigrantes residentes							sensibilizados sobre os	b) Nº de participantes;			(Direção Geral		
em Cabo Verde							valores Direitos	c) Nível de participação;			da Imigração)		
							Humanos e práticas de	d) № de cartilhas					
							Cidadania;	distribuídas.					
				1 1		1 1	•			1	ĺ	1	



								ME/Serviço de	
				b) Alunos com melhores				alfabetização e	
				conhecimentos acerca				educação de	
				dos direitos e deveres				adultos	
				dos imigrantes;					
				c) Imigrantes melhor					
				integrados na sociedade					
				cabo-verdiana.					
				caso verdiana.					
			_						
1.7. Publicação e socialização do II Plano				a) Brochura editada e	a) Diana muhikada.	NU	ZMF		
					a) Plano publicado;	NO			
Nacional de Ação Para os Direitos				socializada;			AS		
Humanos e a Cidadania (II PNADHC)					b) № de ações de		IF		
				c) População e	socialização realizadas;		Equipa		
				instituições públicas e					
				privadas com maior	c) Nº de participantes;				
				conhecimento das					
				diretrizes nacionais em	d) Nível de participação.				
				matéria de Direitos					
				Humanos e Cidadania;	e) Nº de exemplares				
					distribuídos.				
1.8. Publicação da Convenção Sobre os				a) Convenção publicada;	a) № de ações de	NU	AS		
Direitos das Pessoas com Deficiência na					socialização realizadas;		IF		
Série Documentos DH.				b) Convenção					
				divulgada;	b) Nº de participantes;				
					, as parasiparitos)				
				c) Sociedade cabo-	c) Nível de participação;				
					c, wivei de participação;				
				verdiana mais					



	1 1			1 1	T		ı	ı	1	, ,	
					informada sobre os	d) Nº de cartilhas					
					direitos das pessoas	distribuídas.					
					com deficiência e mais						
					sensibilizada para a						
					inclusão social.						
			++-								
1.9. Reedição da Declaração Universal					a) DUDH publicada e	a) Nº de sessões de	NU	IF	ME/ Serviço		
dos Direitos Humanos (DUDH)					divulgada;	divulgação realizadas;			Multimédia e		
add pireited Hamanes (Bobin)					uivaigaaa,	urvaigução realizadas,			Educação)		
									Euucação		
					b) Sociedade cabo-	b) Nº de participantes;					
					verdiana com melhor						
					conhecimento do	c) Nível de participação;					
					conteúdo e valor do						
					documento.	d) Nº de cartilhas					
						distribuídas.					
1.10.Publicação da Carta Africana dos					a) CADHP publicada e	a) № de ações de	NU	AS	ME/ Serviço		
Direitos Humanos e dos Povos (CADHP)					divulgada;	socialização realizadas;		IF	Multimédia e		
na Série Documentos DH							Save the		Educação)		
					b) Sociedade cabo-	b) № de participantes;	Children				
					verdiana com maior	, , ,					
					conhecimento do	c) Nível de participação;	OSIWA				
					conteúdo e valor do	c, wiver de participação,	OSIWA				
						d) NO de essentiales					
					documento.	d) Nº de exemplares					
						distribuídos.					
1.11. Criação de um Centro de					a) Centro de	a)Centro de		IF			
Documentação de DH na sede da CNDHC					Documentação da	documentação		Secretári			



	 	 	 	, ,	T			•		
					<ul><li>b) Temáticas dos DH,</li><li>Cidadania e DIH melhor</li><li>divulgadas;</li><li>c) Instituição</li><li>fortalecida.</li></ul>			DL		
1.12. Realização do Seminário Internacional sobre a Implementação das Convenções de Direitos Humanos em Cabo Verde					a) Fórum realizado; b) Situação das convenções de Direitos Humanos analisada e objeto de reflexão;	a) № de participantes no Seminário; b) Nível de participação; d) Relatório elaborado.	UE: 4.390 euros	AS IF		
1.13. Produção e Publicação da DUDH para crianças					a) DUDH para crianças publicada;  b) DUDH para crianças divulgada;  b) Crianças com melhor conhecimento do	<ul> <li>a) № de ações de socialização realizadas;</li> <li>b) № de participantes;</li> <li>c) Nível de participação;</li> <li>d) № de exemplares distribuídos.</li> </ul>	UNICEF Embaixada do Brasil em Cabo Verde	IF MN	ICCA ME/DNE	



conteúdo e valor da	
1.14.Campanha Nacional de Promoção a) Spot radiofónico e UE:	
dos DH televisivo produzido e 14.820 euros	
veiculado;	
b) Cartazes, folhetos e Human Rights	
camisolas produzidos;	
comunitários realizados	
nos 22 Concelhos do	
país, com um total de	
880 participantes;	
ME, CNDHC,	
1.15. Estabelecer um comité <i>ad hoc</i> para a) Comité criado e MJ, IEFP	
a sistematização de uma Política operacional;	
Nacional de Educação para os Direitos	
Humanos b) Política Nacional de	
EDH elaborado;	
c) Política Nacional de	
Educação para os	
Direitos Humanos	
aprovado pelo Conselho	
de Ministros;	



					d)Abordagem DHC					
					presente nos currículos					
					do sistema de ensino.					
1.16. Participar no processo de					a) Abordagem DHC					
elaboração de currículos do sistema de					presente nos currículos					
ensino e apoiar na elaboração de					de ensino.					
materiais sobre os direitos humanos										
1.17. Lançamento da obra "Compreender					a) Manual lançado;					
os Direitos Humanos – Manual de					a, manaan angaao,					
Educação em Direitos Humanos" da CPLP					b) Manual divulgado					
Educação em Direitos Humanos da CPLP										
					entre os atores chave					
					na EDH.					
						a) Nº de atividades	NU	IF		
1.18. Campanha do 70º aniversário da					a) Campanha lançada e	realizadas;				
Declaração Universal dos Direitos					divulgada;					
Humanos						b) Nº de participantes.				
					b) Valores dos DH e					
					boas praticas mais					
					· ·					



		disseminadas entre a população cabo- verdiana.			
1.19. Os Direitos Humanos não vão férias 2ª edição	de	a) Atividades de terreno realizadas	a) Nº de atividades realizadas;	JxP	
		b) b) Valores dos DH e boas praticas mais disseminadas entre a população cabo- verdiana.	b) N.º de DUDH e folhetos distribuídos		
1.20. IV Congresso de Psicanálise d Língua Portuguesa – Rotas da Escra (Mindelo, 15 a 17 de novembro)			a) № de participantes. b) Nível de participação	FEBRPSI APCV	
1.21. Os DH ao serviço das pessoas sensibilização sobre os DESC	-	a) População com mais conhecimento sobre os DESC b) População capacitada par a adoção de posturas mais reivindicativas ?			



2. Dar continuidade à premiação de entidades e	2.1. Produção e Publicação da Brochura Prémio Nacional Direitos Humanos: Edições 2007 - 2017			<ul><li>a) Brochura produzida e divulgada;</li><li>b) Prémio melhor conhecido.</li></ul>	a) № de brochuras distribuídas	NU	IF		
personalidad				c) pessoas					
es que				(principalmente nas					
contribuem				escolas) sensibilizadas					
para a implementaç				para aderir ao prémio de DH					
ão dos DH				ue bii					
em CV									
	2.2. Consolidação da Rede de Vencedores			a) Rede ativa;	a) № de ações				
	do Prémio Nacional Direitos Humanos			b) Rede engajada na	realizadas pela rede				
				defesa e promoção dos					
				DHC.					
							AS		
3. Promoção	3.1. Realização de ações de formação e			a) Perspetiva dos DH	a) № de sessões		A3	PN	
de uma	capacitação dos agentes da Polícia			consolida nas ações da	realizadas;			FA	
cultura de	Nacional.			PN				DGSPRS	
direitos					b) Nº de agentes e				
humanos					militares formados;				
entre os									
servidores					c) Nível de participação.				
públicos									



	T				I		T	1		
					a) Perspetiva dos DH	a) № de sessões	AS			
	3.2. Realização de ações de formação e				consolida nas ações dos	realizadas;				
	capacitação dos agentes prisionais				agentes prisionais					
						b) № de agentes				
						prisionais formados;				
						c) Nível de participação.				
					a) Perspetiva dos DH e	a) Nº de sessões				
	3.3. Realização de ações de formação e				DIH consolidada nas	realizadas;				
	capacitação das forças armadas em				ações das Forças	,				
	matéria de Direitos Humanos e Direito				Armadas	b) Nº de militares				
					Aimadas	,				
	Internacional Humanitário.					formados;				
						c) Nível de participação.				
							OHCHR - Dakar			
	3.4. Realização de Formação aos				a) Membros da		CNDHC			
	membros da Comissão Interministerial				Comissão		GPM			
	para Elaboração de Relatórios das				Interministerial					
	Convenções de Direitos Humanos				formados;					
			+							
4. Formar e	4.1. Formação em matéria de DH para				a) 30 ONG's formadas;	a) Nº participantes;	UE	Núcleo	PONG	
capacitar a	ONG's				a, 22 0110 3 1011110003,	a, participantes,	13.900 euros	de		
sociedade	0.103				b) Plano de Ação para	b) Nível de participação.	13.500 euros	Formaçã		
						b) Mivei de participação.		_		
civil e os					elaboração de			o da		
profissionais					relatórios-sombra	c) Relatórios		CNDHC		
de					elaborados;	elaborados.				



comunicação social em matéria de direitos humanos					c)3 relatórios-sombra elaborados e encaminhados aos respetivos Comités até ao final de 2019.					
	4.2. Formação em matéria de Direito Internacional Humanitário para jornalistas				a) Jornalistas formados em matéria de DIH; b) Jornalistas melhor capacitados para o exercício da sua profissão.	a) № participantes; b) Nível de participação.	CVCV CICR IIHL	AS IF		
5. Densificar o exercício da cidadania	5.1. Realizar ações de divulgação do Guia do Cidadão Eleitor				a) Participação dos cidadãos nas escolhas melhorada; b) Cidadãos mais conscientes.	a) Nº de sessões realizadas; b) Nº de participantes; c) Nível de participação; d)Nº de Guias distribuídos				



											1		1	
	5.2. Realizar ações de divulgação da cartilha SOS Planeta Terra: Construindo a Cidadania Ecológica							a) Participação consciente e ativa do cidadão em matéria de	a) Nº de sessões realizadas;			DNA		
								cidadania ecológica melhorada.	<ul><li>b) № de participantes;</li><li>c) Nível de participação;</li></ul>					
									d) № de cartilhas distribuídas.					
	5.3. Divulgação do Cidadão Pikinoti em vídeo							a)Crianças informadas sobre os valores da cidadania	a) № de sessões realizadas;					
									<ul><li>b) № de participantes;</li><li>c) Nível de participação;</li></ul>					
SUBTOTAL 1										ECV				
	A II: PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS Arlindo Sanches e Zaida Morais de Freitas	DO GOVE	ERNO E ATR	IBUIÇÕI	ES EM MA	ATÉRIA CO	NSU	LTIVA						
		Cronog									_			
Objetivos	Atividades principais	Trimest e1	tr Trime e 2		Trimestr e 3	Trimes e 4	str	Resultados e indicadores		Financiador/ Montante	Execução		Pont o de	Realizado (%)
	F			l   1   1			D	Resultados	Indicadores de	-	Respons	Parceiros	Situa	(,-)
									atividade		ável		ção	



1. Promover a participação da CNDHC nas redes nacionais.	1.1. Participação nas Reuniões Ordinárias do Conselho Superior da Comissão de Coordenação do Álcool e Outras Drogas				a) Perspetiva dos DHC melhor incorporada nos trabalhos da CCAOD; b) Vulnerabilidades em matéria de toxicodependência e alcoolismo reduzidas.	a) № reuniões realizadas em que a CNDHC participou	ZF	CCAOD	
	1.2. Participação no Conselho Nacional da Imigração (CNI) e nos grupos de trabalho da Direção Geral da Imigração (DGI)				a) Perspetiva dos DHC melhor incorporada nos trabalhos; b) Comunidade imigrada melhor integrada na sociedade cabo-verdiana;	a) № de reuniões realizadas em que a CNDHC participou	ZF	MFIS - DGI	
	1.3. Participação na Comissão de decisão de casos de Retorno Voluntário				a) Casos de imigrantes     candidatos ao RV     devidamente avaliados;      b) Retornos voluntários     concretizados.	a) № de reuniões realizadas em que a CNDHC participou	ZF	DGI DGSS MIREX DEF	



1.4. Participação no Conselho Nacional de Ética					a)Perspetiva dos DH adotada nos trabalhos do Conselho	a) Nº reuniões realizadas em que a CNDHC participou	ZMF	MS	
1.5. Participação na Rede Sol					a)Perspetiva dos DH adotada nos trabalhos da Rede	a) Nº reuniões realizadas em que a CNDHC participou	MN	ICIEG	
1.6. Participação no Comité Pro-criança e Adolescente					a)Perspetiva dos DH adotada nos trabalhos do Comité	a) Nº reuniões e atividades realizadas em que a CNDHC participou	MN	ICCA	
1.7. Participação na Task Force para o acompanhamento do Programa Regional para a Redução dos Riscos de VIH/TB (PARECO)					a)Perspetiva dos DH adotada nos trabalhos do Comité	a) № reuniões e atividades realizadas em que a CNDHC participou	MN	MSSS	



com os setores de implementação do II NN realizadas; MN	
	1
PNADHC b)Ações do II PNADHC ZMF	
implementadas. b)N.º de ações	
implementadas.	
3. Promover 3.1. Apoio na implementação da a) Comissão a) Relatórios NU ZMF NU	
a Comissão interministerial para a interministerial depositados na sede das AS MJ	
Coordenação elaboração dos relatórios e seguimento operacional; NU MIREX	
da das recomendações do Exame Periódico	
apresentação Universal (UPR) e das Convenções b) Relatórios das	
de relatórios Convenções de DH	
sobre a elaborados;	
implementaç	
ão dos c) Recomendações	
instrumentos monitoradas pelo	
internacionai Comité e pela CNDHC;	
s de DH de	
que CV é	
parte 3.2. Elaboração de um relatório nacional a) Relatório elaborado; NU TT	
de DH AS	
b) Diagnóstico da	
situação dos DH em CV	
conhecido.	
3.3. Criação do departamento de DIH na a) Estrutura criada na CICR MJ	
CNDHC               CNDHC;	



						b) CNDHC fortalecida e melhor dotada para				
						trabalhar a temática dos DIH;				
						c) Sociedade cabo- verdiana mais informada sobre as causas do DIH.				
	3.4. Instalação do Observatório de Direitos Humanos					a) Observatório criado; b) Recolha e tratamento dos dados realizado; c) Relatórios Anuais de Direitos Humanos em Cabo Verde elaborados		UE: 42.319euros	ICCA	
4. Reforçar a relação de CV com as instituições internacionai	4.1. Reforçar a participação de Cabo Verde nas reuniões das instituições internacionais de proteção da pessoa humana					a) Presença assídua de CV nas reuniões internacionais de DH	a) № de sessões a que CV se fez presente		MIREX CNDHC	
s de DH e DIH	4.2. Propor a vinculação do Estado de Cabo Verde aos instrumentos					a)Recomendações ao governo realizadas	a) Nº de recomendações ao governo realizadas			



internacionais em matéria de direitos humanos.  4.3. Propor a ratificação do 3º protocolo				a)Recomendação ao		Rede Nacional	MIREX	
facultativo à convenção dos direitos da criança, das Nações Unidas relativo ao procedimento de comunicação.				governo realizada		contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças	ACRIDES Save The Children	
4.4. Disseminar os comentários e recomendações dos órgãos dos tratados dos relatórios nacionais de implementação				a) Comentários e recomendações disseminados; b)Governo e sociedade civil com maior conhecimento dos comentários e recomendações	a)Nº de comentários e recomendações levados ao conhecimento do governo e sociedade civil.	ACNUDH		
4.5. Plaidoyer para a ratificação do Protocolo à Carta Africana que cria o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos				a) Recomendação ao Governo realizada; b) Protocolo ratificado.			MIREX	



				1		1	
4.6. Plaidoyer para a ratificação da  Convenção (de Haya) de 1954 para a  proteção dos bens culturais em caso de  conflito armado de 1954 e seus  Protocolos Adicionais		<ul><li>a) Recomendação ao</li><li>Governo realizada;</li><li>b) Convenção de Haya</li><li>de 1954 ratificada.</li></ul>				MIREX	
4.8. Atualizar a lista de recomendações formuladas a Cabo Verde pelos órgãos de Direitos Humanos das Nações Unidas		a)Lista atualizada.	a) Nº de recomendações levadas ao conhecimento do governo e da sociedade civil.		AS IF		
4.9. Realização do Estudo Cidadania e Direito à saúde		a)Estudo realizado.	a) Divulgação dos resultados do estudo.	CNDHC OMS			
4.10. Implementação do Programa de intervenção com agressores sexuais		a) Formação de técnicos sociais realizado;  b) Programa implementado em todas as cadeias.	a) № de técnicos formados; b)№ de reclusos abrangidos pelo programa.	CNDHC MJ NU			
Elaboração de Proposta de alteração da lei, no quesito licença de paternidade		a) Proposta Elaborada; b) Recomendação ao Governo realizada;					



						c)Lei alterada.			
	Campanha parentalidade (plaidoyer								
	junto do Governo em matéria de revisão						Aldeias Infantis	Aldeias Infantis	
	legislativa na matéria)						sos	sos	
SUBTOTAL 2							() ECV		

AÇÃO/MEDIDA III: INVESTIGAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE DENÚNCIAS

Coordenação: Telma Tavares e Zoraida Fortes

			Cr	onog	rama	а														
	Objetivos	Atividades	Tri	imes	tr	Trin	nest	r	Trim	estr	T	rime	str	Resultados e indicadores		Financiador/	Execução		Pont	Realizado
		Principais	e1			e 2			e 3		е	4				Montante			o de	(%)
			J	F	М	Α	М	J	J	A S	0	N	D	Resultados	Indicadores de		Respons	Parceiros	Situa	
															atividade		ável		ção	
-																				
	1. Garantir a	1.1. Recebimento de queixas e denúncias												a) Queixas devidamente	a) № de queixas		MN			
	efetiva	de violação dos DH; Encaminhamento e												encaminhadas e/ou	recebidas;					
	salvaguarda	seguimento dos casos												tratadas;						
	dos direitos														b) № de queixas					
	humanos em													b) Situações	tratadas;					
	Cabo Verde													atentatórias aos						
														Direitos Humanos	c) № de queixas					
														investigadas;	encaminhadas.					
														c) Situações						
														atentatórias aos						
														Direitos Humanos						
														graves, levadas ao						
														conhecimento público.						



	1.2 Criação de uma linha de denúncia grátis						a) Linha criada; b) Linha operacional; c)Linha divulgada.	a)Nº de denúncias recebidas através da linha.		ZF		
	1.3. Criar procedimentos de Investigação das denúncias veiculadas pela comunicação social						a) Instrumento de procedimento criado	a)Nº de denúncias veiculadas pela comunicação social tratadas.		IF MN TT		
2. Melhorar os mecanismos de alerta	2.1. Criação de parcerias para a resolução mais célere das situações						a) Parcerias criadas; b) Casos resolvidos.	a)Nº casos resolvidos com o auxilio dos parceiros				
precoce	2.2. Melhorar as condições da sala de atendimento						a)Sala operacional		NU			



	2.3. Criar instrumentos de avaliação e											a)Instrumentos criados			MN			
	monitoramento: Indicadores qualitativos																	
	e quantitativos (Base dados)														Novo			
															Técnico			
				<u> </u>										() ecv				
SUBTOTAL 3														, , , ,				
3021017123																		
	IV: REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTERNAS																	
Coordenação: N	Marísia Nascimento e Zaida Freitas											T		T	T			,
		Cron	ogram															
Objetivos	Atividades	Trim	estr	Tri	mestr	Tr	rimes	tr	Tri	mes	str	Resultados e indicadores		Financiador/	Execução		Pont	Realizado
	principais	e1		e 2	2	е	3		e 4	ı				Montante			o de	(%)
		J	F M	Α	М	J J	Α	S	0	N	D	Resultados	Indicadores de		Respons	Parceiros	Situa	
													atividade		ável		ção	
1.Garantir a	1.1. Realização das Reuniões do Conselho											a) Reuniões do	a) № de reuniões		AS			
concretização	coordenador											Conselho Coordenador	realizadas;		ZMF			
das reuniões												realizadas;	,					
internas													b)Nível de participação					
internas												b) Agenda das Reuniões	dos Comissários.					
												Plenárias da CNDHC	dos Comissalios.					
												devidamente						
												preparadas pelo						
												Conselho Coordenador.						
	1.2. Realização das Reuniões Plenárias														AS			



							a) 4 Reuniões ordinárias	a) № de reuniões	MN		
							realizadas;	realizadas	ZMF		
							b). Principais dossiers	b)Nível de participação			
							da CNDHC socializados	dos comissários			
							em plenária;				
							c) Identidade da CNDHC				
							reforçada;				
							. c.c. yaua,				
							d) Comissários				
							engajados na resolução				
							dos casos de DHC.				
											_
2. Fazer o	2.1. Elaboração do relatório de						a) Relatório concluído;				
							a) Relatorio concluido;				
balanço das	atividades de 2017										
atividades							b) Relatório submetido				
realizadas em							ao titular da pasta da				
2017,							justiça				
nomeadame											
		<b>—</b>									
nte dos											
pontos fortes	2.2. Elaboração do plano de atividades						a) Plano Elaborado;	a) Nível de execução do			
e fracos, para	2018							plano			
melhor							b) Plano executado.				
programar											
		<u> </u>									_
	2.3. Reuniões de avaliação e seguimento						a) Reuniões mensais	a) № de reuniões			
	dos casos pela equipa CNDHC						realizadas;	realizadas;			



													so	) Casos devidamente ocializados, tratados e ncaminhados.	b)№ de casos tratados.					
	2.4. Reuniões de concertação e planificação do Staff													) Reuniões mensais ealizadas;	a) Nº de reuniões realizadas;					
														) Dossiers discutidos e ocializados;	b) Nº de dossiers tratados.					
													1	) Plano de atividades tualizado.						
SUBTOTAL 4																ECV				
	. V: REFORÇO DA ESTRUTURA E FUNCIONAM Arlindo Sanches e Domingas Lopes	IENTO	O DA	CNE	НС															
			ronog							1							_ ~			
Objetivos	Atividades principais	Tr e1	rimes 1	tr	e 2	nest		rime ≘3	estr	Tri e 4	ime: I	str	Re	esultados e indicadores		Financiador/ Montante	Execução		Pont o de	Realizado (%)
		J	F	M	Α	M	J J	Δ	S	0	N	D	Re	esultados	Indicadores de atividade		Respons ável	Parceiros	Situa ção	
Reforçar as     capacidades     técnicas e	1.1. Realizar ações de <i>plaidoye</i> r a favor da aprovação do novo Estatuto da CNDHC												1 1	)Novo estatuto da NDHC aprovado	a)Novo estatuto da CNDHC publicado em BO		AS TT ZMF			



institucionais												
da CNDHC												
2. Criar as condições para o	2.1. Integrar a CNDHC nas redes internacionais de Direitos Humanos									ZMF AS		
funcionamen to pleno da CNDHC	2.2. Melhorar a comunicação com o Alto Comissariado das NU para os DH						a)Comunicação melhorada;					
3. Melhorar as capacidades técnicas dos funcionários	3.1. Realização de Seminários temáticos internos						a) Seminários internos realizados; b)Capacidade técnica melhorada.	a) N.º de seminários realizados				
da CNDHC	3.2. Realização de formação do Staff da CNDHC em técnicas e estratégias de educação para os Direitos Humanos						a) Formação realizada; b) Capacidade técnica do staff melhorada. c) 11 elementos do staff da CNDHC e de entidades parceiras formadas d) Plano de ação para educação para os		UE: 1210 euros			



			 				•		•	
						Direitos Humanos				
						elaborado.				
		++		-+						
3.3. Realização de formação em novas						a) Formação realizada;				
tecnologias de informação										
						b) Capacidade técnica				
						melhorada.				
		$\rightarrow$								
3.4. Realização de formação em gestão	·					a) Formação realizada;				
de recursos humanos										
						b) Capacidade técnica				
						melhorada.				
3.5. Realização de formação em						a) Formação realizada;				
elaboração e gestão de projetos										
						b) Capacidade técnica				
						melhorada				
	+	+								
3.6. Realização de Workshop de						a) Formação realizada;				
fotografia										
						b) Capacidade técnica				
						melhorada.				
		+				a) Formação Realizada;		DL		
								DL		
3.7. Realização de formação em						b) Capacidade técnica				
Prestação de Contas						melhorada.				
						a) Formação realizada;				



	3.8.Formação em Técnicas de						b) Capacidade técnica				
	Atendimento e Tratamento das						melhorada.				
	Denúncias										
						++					
	3.9. Consolidação do Núcleo de						a) Núcleo operacional	a)Nº de formações	As		
							a) Nucleo operacional				
	Formação da CNDHC							realizadas mobilizadas	IF		
								pelo núcleo	MN		
	3.10. Realização de formação ao staff da										
	CNDHC em matéria de Direito										
	Internacional Humanitário										
	3.11. Realização de formação em						a) Formação Realizada;				
	Estatística e SPSS						.,				
	Estatistica e si ss						b) Capacidade técnica				
							melhorada.				
4. Recursos	4.1. Acolhimento e integração de						a) Estagiários				
Humanos	estagiários						integrados;				
							b) Capacidade técnica				
							reforçada.				
1		1		1	1				1		



	4.2. Contratação de 2 Técnicos superiores									
								DL		
5. Aquisição	4.2. Aquisição de uma máquina									
de	fotocopiadora									
equipamento s										
								DL		
	4.3. Aquisição de computadores (PC) e					a)PCs e camaras web				
	camaras web					adquiridos;				
						b)PCs e camaras web				
						operacionais.				
								DL		
	4.4. Aquisição de um programa					a) Programa informático				
	informático para a biblioteca da CNDHC					adquirido;				
						b) Programa				
						informático instalado e				
						operacional.				
								DL		
	4.5. Aquisição de um gravador de rádio					a) Gravador de rádio adquirido;				
						auquiriuo;				



SUBTOTAL 5							ECV			
	4.6. Aquisição de telefones VOIP					a) Telefones adquiridos e instalados; b) Custos Comunicações diminuídos;		DL		

AÇÃO/MEDIDA VI: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE DIREITOS PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

Coordenação: Zoraida Fortes

		Cr	ono	gram	а															
Objetivos	Atividades	Tr	imes	tr	Trir	mest	r	Trir	mest	r	Trir	mest	tr	Resultados e indicadores		Financiador/	Execução		Pont	Realizado
	principais	e1	L		e 2			e 3			e 4					Montante			o de	(%)
		J	F	М	Α	М	J	J	Α	S	0	N	D	Resultados	Indicadores de		Respons	Parceiros	Situa	
															atividade		ável		ção	
1.Conhecer a situação das minorias de orientação sexual em Cabo Verde	1.1. Formar as associações em direitos e deveres LGBTI													a) Formação realizada; b) Associações sensibilizadas e informadas.	a) № de participantes; b) Nível participação.	Embaixada EUA	MN IF	Verdefam ONU M ICIEG Morabi		
2.Universaliz ar os direitos														a) Relatório elaborado;		NU				



em contexto	2.1. Elaboração e publicação de						b) Relatório submetido				
de	relatórios de visitas aos						ao governo.				
							ao governo.				
desigualdade	estabelecimentos prisionais										
							c) Relatório editado e				
							publicado.				
	2.2. Elaboração de relatórios vistoria dos						a) Relatórios				
	estabelecimentos de acolhimento de						elaborados;				
							elaborados,				
	crianças										
							b) Relatórios				
							submetidos ao governo.				
	2.3. Elaboração de relatórios de vistoria										
	aos estabelecimentos de internação de						a) Relatórios				
	idosos e doentes mentais						elaborados;				
							c) Relatórios				
							submetidos ao governo.				
		-	+		+	H					
	2.4. Elaboração de relatórios de vistoria à						a) Relatório elaborado				
							a,c.atorio ciaborado				
	unidade de internação de jovens em										
	conflito com a lei						b) Relatório submetido				
							ao governo				
	2.5. Realizar um workshop sobre a						a)Workshop realizado	a) № de participantes		cvcv	
	promoção, proteção e garantia dos									ACATI	
	direitos humanos das pessoas idosas							b) Nível participação		DGIS	
	an eres namanos aas pessoas laosas							S, 11.7Ci pai ticipação		23.3	



	2.6. Realizar um workshop sobre a promoção, proteção e garantia dos direitos humanos das pessoas com doença mental.											a)Workshop realizado	a) № de participantes b) Nível participação			A Ponte		
SUBTOTAL 6														ECV				
AÇÃO/MEDIDA Coordenação: Il	VII: PROMOÇÃO DA COMUNICAÇÃO E DA IN da Fortes	/IAGEN	/ INST	TTUC	IONAL													
		Cron	nograi	ma														
Objetivos	Atividades	Trim	nestr	Tr	imestr	T	rimes	tr	Trin	nest	r	Resultados e indicadores		Financiador/	Execução		Pont	Realizado
	principais	e1		e i	2	е	3		e 4					Montante			o de	(%)
		J	F	1 A	M .	J J	Α	S	0	N	D	Resultados	Indicadores de		Respons	Parceiros	Situa	
													atividade		ável		ção	
1.Reforçar a Comunicação Interna da CNDHC	1.1. Registo no Trelo das atividades programadas e realizadas mensalmente											a) Melhor conhecimento do plano de trabalho mensal da instituição;						



	1.2.Divulgação mensal das atividades programadas e realizadas da CNDHC aos Comissários e Pontos Focais					a)Comunicação interna reforçada.			
2.Melhorar a identidade visual da instituição	2.1.Reestruturar o logo da CNDHC					a) Novo logo elaborado; b) Imagem da CNDHC melhorada.	Orçamento de Estado		
	2.2. Produção e divulgação de vídeo institucional da CNDHC					a)Vídeo produzido e divulgado no site e redes sociais da CNDHC; b) Missão e atribuições da CNDHC melhor conhecidas pela sociedade cabo- verdiana.	NU		
	2.3.Produção de polos e canetas da CNDHC					a) Polos e canetas produzidas; b) Imagem da CNDHC melhorada.	Orçamento de Estado		



		1	T		1	1 1	 	1 1			1	1	
3.Melhorar a Comunicação Digital da CNDHC	3.1. Edição de boletim eletrónico e impresso semestralmente								a)Boletim elaborado, publicado e divulgado em todos os concelhos do país.	Orçamento de Estado			
	3.2. Aprimoramento da <i>Mailing List</i> de parceiros (nacionais e internacionais) para divulgação do boletim eletrónico.								a) Sociedade cabo- verdiana mais informada sobre as atividades da CNDHC e mais sensibilizada para as questões de DHC				
4.Produção de material de divulgação	4.1. Edição de folheto atualizado da CNDHC								a) Folheto produzido;	Orçamento de Estado			
da CNDHC	4.2. Produção de cartões de natal para 2018								a) Cartões de natal produzidos e distribuídos;	Orçamento de Estado			
	4.3. Produção do Caderno de Notas da CNDHC 2018								a) Caderno de Notas produzido e distribuído;  b) Sociedade cabo- verdiana mais informada sobre a CNDHC e sobre os DHC.	Orçamento de Estado			



5.Divulgação de efemérides mais relevantes sobre Direitos Humanos	5.1.Divulgação de comunicados ou programação de presença na comunicação social				a) Efemérides relacionadas com os Direitos Humanos melhor conhecidas.				
6.Promoção dos Direitos Humanos	6.1. Realização de um pacote de 10 micro programas radiofónicos sobre DHC na Rádio Educativa e rádios comunitárias				a) Programas realizados     e emitidos na RTE e nas     rádios comunitárias;      b) Sociedade com mais     conhecimentos em     matéria de DHC.	a) N.º de programas emitidos	NU MED - NEM		
7.Promover a reflexão sobre a violação de Direitos Humanos através da arte	7.1. Realização de exposição de fotografia sobre violação de Direitos Humanos				a) Exposição realizada; b)Sociedade caboverdiana mais atenta sobre situações de violação de DH.		Sapo CV BAI UNITEL CV Telecom	Fotógrafos: Eneias Rodrigues, José Pereira, Cecílio Lima (Tchitche) Bob Lima Jovens Escolas Universidades	



										Ministério da		
										Cultura		
	<del>                                     </del>		1									
7.2. Mostra de cinema sobre Direitos							a) Mostra de cinema		Ministério da	Ministério da		
Humanos ao ar livre							realizada;		Cultura	Cultura		
									CCB-CV	Associação de		
							b)Sociedade cabo-		Embaixada do	Cinema e		
							verdiana mais atenta		Brasil	Audiovisual		
							sobre situações de		(Secretaria de	Câmaras		
							violação de DH.		Direitos	Municipais		
									Humanos)	ME		
									Amnistia			
									Internacional			
									Portugal			
									rortugai			
7.3.Encenação de peça de teatro "Para,							a) Peça encenada;		MCIC:	Mindelact		
Escuta, Vê, Age"									260.000 ECV	Ministério da		
							b) Conhecimento e			Cultura		
							pratica dos DH					
							melhoradas.					
							memoradas.					
7.4. Concerto musical com artistas							a) Projeto elaborado e			Ministério da		
nacionais alusivo aos Direitos Humanos							orçamentado;			Cultura		
(para assinalar o 10 de dezembro 2018)										Harmonia		
							b) Projeto financiado:					
	1 1			1				1	1	ĺ	l	



		 	 , ,	 		I	T I		, ,	1
						c)Projeto				
						implementado.				
8. Promover	8.1. Produção e veiculação de spot sobre					a) Spots produzidos e	NU	Igrejas		
o respeito	o direito à vida					divulgados;		Polícia Nacional		
pelos Direitos						b) Sociedade mais		ONG's		
Humanos de						sensibilizada pelo		ME		
								2		
grupos						respeito pelo direito à				
específicos						vida.				
	8.2. Produção e veiculação de spot sobre					a) Spots produzidos e	NU	MFIS		
	o abandono dos idosos					divulgados;	Cruz Vermelha	Cruz Vermelha		
							0.02.00	ACATI		
						b) Sociedade mais		ME		
						sensibilizada e atenta				
						ao respeito direito dos				
						idosos.				
			+ +	+	++					
0.6	0.1 Estabalasimanta da constitución					a) Da vasavia s		Habiana di di di i		
9.Construção	9.1. Estabelecimento de parcerias com					a)Parcerias		Universidades		
de uma base	universidades e o Ministério que tutela o					estabelecidas.		Ministério de		
de dados	ensino superior							tutela do		
sobre								Ensino Superior		
trabalhos								CIGEF		
académicos	9.2. Apresentação e discussão de	$\vdash$	+	++	++	a) Nº de atividades				
na área dos	trabalhos em universidades e					realizadas;				
						i canzauds;				
Direitos	comunidades									
Humanos						b)№ de participantes.				



	9.3. Construção e divulgação da base de dados.					a) Base de dados construída e divulgada no meio académico e não só.			
10. Reforçar o envio e distribuição das publicações da CNDHC	10.1. Estabelecer parcerias com transportadoras aéreas ou Correios de Cabo Verde;					a) Parcerias estabelecidas; b) Publicações da CNDHC melhor divulgadas nas ilhas.			
SUBTOTAL 7							ECV		

AÇÃO/MEDIDA VIII: PROMOÇÃO DA CNDHC A NÍVEL NACIONAL

Coordenação: Zoraida Fortes

	Cronograma																				
Objetivos	Atividades	Tr	Trimestr		Tr	Trimestr		Trimestr		Trimestr		F	Resultados e indicadores		Financiador/ Execução		ção		Realizado		
	principais	e1	L		e :	e 2		e 3		e 4					Montante			o de	(%)		
		J	F	M	I A	М	J	J	Α	S	0	N	D	F	Resultados	Indicadores de		Respons	Parceiros	Situa	
																atividade		ável		ção	
5. Reforçar a presença da	5.1. Atualizar o plano de ação dos pontos focais da CNDHC para 2018														a) Plano de ação atualizado	a)N.º de ações do plano implementadas					



CNDHC a										b)Plano de ação								
nível nacional										implementado								
	5.3. Criar parcerias com associações									a) Parcerias criadas	a) N.º de parcerias							
	locais										realizadas							
	5.4. Assegurar a participação da																	
	sociedade civil nos trabalhos da CNDHC																	
	(Rede de Voluntários)																	
	(																	
	5.5. Realizar uma reunião plenária da									a) Reunião realizada								
	CNDHC em formato alargado a																	
	representantes da sociedade civil.																	
	5.6. Reforçar parcerias com instituições									a) Parcerias criadas	a) N.º de parcerias							
	nacionais.										realizadas							
	5.7 Realizar visitas às ilhas do Maio,	+		+		+	+	++	+	a) Atividades								
	Brava, Boavista e São Nicolau									nas ilhas								
	Stata, Souvista e suo reicolau																	
										realizadas								
														ECV				
SUBTOTAL 8																		
														ECV				
TOTAL	TOTAL																	

